

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

DUARTE, Newton Leão. Newton Leão Duarte (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 21min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Newton Leão Duarte
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 11/09/2014

Duração: 2h 21min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: Ação Popular (1962); Aliança Libertadora Nacional; Anistia política; Atividade profissional; Clandestinidade; Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Direitos humanos; Diretas já (1984); Exército; Família; Formação escolar; Lei de segurança nacional; Militância política; Militares e estado; Movimento estudantil; Movimentos sociais; Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; Partido Comunista do Brasil - PCdoB; Partido Democrático Trabalhista - PDT; Polícia; Pontifícia Universidade Católica; Preso político; Rede Globo; Regime militar; Tortura; União Nacional dos Estudantes;

Sumário

Entrevista: 11.09.2014

Arquivo 1: Nascimento e infância em Niterói, em 1949; formação escolar; trabalho do pai no auxílio a presos políticos; estudo e colegas do colégio Mallet Soares, no Rio de Janeiro; fundação do jornal A Verdade; organização da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço; pais sem vinculação política; faculdade de Engenharia na PUC-RJ, em 1968; mudança de movimento secundarista para o movimento como UNE e UME; participação na equipe de segurança da liderança no movimento estudantil; aproximação com a Ala Vermelha do PCdoB; ingresso na Ação Libertadora Nacional (ALN), no final de 1968; militância no Grupo Tático Armado; prisão no dia 20 de julho de 1969, no Rio de Janeiro; participação como voluntário para organização do Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968; trabalho no transporte dos delegados da UNE do Brasil todo, em Ibiúna; hospedagem no convento dos dominicanos em Perdizes, onde conheceu frei Tito e frei Beto; dominicanos o avisaram que o Congresso havia caído; foi preso pela polícia em frente ao convento dos dominicanos e levado para a delegacia de Perdizes, acusado de participação no assassinato do capitão americano Charles Chandler; sua prisão foi bastante divulgada na imprensa; transferência para o Dops de São Paulo, onde encontrou os estudantes presos em Ibiúna; liberação do Dops após divulgação na imprensa; retorno ao Rio de Janeiro; não ficou registrado no Dops depoimento sobre o assassinato; prisão em 1969, com um carro roubado para uso em uma ação de assalto a banco; abordado e preso por Mariel Mariscot de Matos, que chefiava a equipe da delegacia de furtos de automóveis do Rio de Janeiro; levado para a delegacia de furto de automóveis, onde foi torturado; levado para a Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita; foi processado, condenado e preso, saindo em liberdade condicional em 1971; primeiro da ALN a ser preso; registro da sua prisão no Orvil; incomunicabilidade de 45 dias após a sua prisão; prisão por sete meses na Polícia do Exército; estava preso e acompanhou a prisão de integrantes do MAR, do PCB e da Dissidência da Guanabara; interrogatórios realizados por policiais civis; interrogado por integrantes do Cenimar; recebeu visita familiar durante sua prisão na Polícia do Exército; transferência para o Dops em fevereiro de 1970; devido a problema na carceragem masculina no prédio da Dops, foi levado para a delegacia de Vigilância Norte, em Ricardo de Albuquerque, onde havia espaço reservado para presos políticos; prisão junto com presos comuns; encaminhado ao prédio do Dops, após o término das obras; transferido para Ilha Grande; condenado a seis anos de prisão, por assalto a banco, incurso no artigo 25 na Lei de Segurança Nacional de 1967; STM comutou sua pena para três anos de prisão; utilização do catálogo de Ibiúna, cadastro elaborado pelo Dops, como instrumento de investigação; queda da Ação Popular em 1972; queda da sua irmã de criação Maria Helena Pereira; politização de seus pais e atuação no movimento de parentes de presos políticos, em virtude da prisão do entrevistado; realização de curso no Colégio Técnico de Eletrônica da PUC, em função da liberdade condicional; jubileamento do curso de Engenharia na PUC-RJ, por ter ficado quatro anos afastado; comparecimento mensal ao Exército, para assinar documento, em presença do coronel Adyr Fiúza de Castro; trabalho na empresa Aerofoto Cruzeiro do Sul, na entrada da Ilha do Governador; recebeu ligação anônima informando que agentes do Dops iriam à sua casa enquanto estava no trabalho; ficou quarenta dias clandestino; contato com o advogado Wilson Mirza; contato, após a prisão, com Amadeu Rocha, da Resistência Armada Nacionalista (RAN); prisão pelo

DOI-CODI, em 1973 após a queda de Amadeu Rocha, onde ficou preso em torno de quinze dias; acareação junto com Amadeu Rocha, que estava bastante torturado; foi solto e a prisão não foi formalizada; diferenças no prédio do DOI- CODI, entre a prisão em 1969 e em 1973; assistiu o início das obras no prédio que viria a ser o DOI- CODI; desenhou as modificações realizadas no prédio onde funcionou o DOI- CODI; foi levado para a "geladeira" e para a "sala roxa" no DOI- CODI; preso pela quinta vez em 1973, pelo DOI- CODI, após a queda da ALN, quando foi torturado novamente; mudança no estilo de interrogatório; contato da família com o advogado Modesto da Silveira, para tentar localizá-lo; segundo documentação consultada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) soube que foi monitorado até 1984; trabalho, em 1983, com Tânia e Carlos Eduardo Fayal, eleito deputado estadual; trabalho na Rio Tour, depois como diretor de controle de transporte e como diretor geral de departamento; participação na campanha pela anistia; participação na campanha das Diretas Já!; início de um movimento não institucionalizado para identificar torturadores; publicação de livros memorialísticos sobre o assunto; projetos Brasil Nunca Mais e Tortura Nunca Mais; fez novo vestibular, em 1973, e iniciou o curso de engenharia de operação eletrônica na Escola Técnica Federal Celso Sukow da Fonseca (Cefet); trabalho na Rede Globo; casou-se e teve filhos; exercício de uma "militância cidadã"; militância no PDT, com a volta de Leonel Brizola do exílio; início de trabalho na área pública.

Arquivo 2: Apoio ao movimento pela anistia; filiação ao PDT após o retorno de Brizola ao Brasil; participação da militância nos partidos da administração; festejo e crítica após a edição da Lei da anistia, em 1979, pois era "mutilada"; movimento logo substituído pela luta pela constituinte; Lei de anistia ficou "esquecida" até se falar em Comissão de anistia; participação do Tortura Nunca Mais em momento posterior à sua criação; ajuda pesquisando documentos sobre desaparecidos políticos, pois possuía muitos documentos do seu processo; localização da vala clandestina de Perus em virtude de um documento do seu processo, por meio do qual um integrante da Justiça Militar indagou ao Dops sobre o paradeiro de Flávio Carvalho Molina; aproximação do Tortura Nunca Mais em 2005, por conta do programa de atenção psicológica a ex-presos e vítimas das torturas; participação da cerimônia de enterro de Flávio Molina no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro; reaproximação de Gilberto Molina, militante do Tortura Nunca Mais; em 2004, 2005, conceitos de verdade e justiça ainda não estava colocada do modo como é empregada atualmente; atuação na gestão do programa de assistência psiquiátrica e psicológica do Tortura Nunca Mais, financiado pela União Europeia; reaproximação com a questão dos desaparecidos políticos e com denúncias; procurou lidar com sua história do ponto de vista psicológico; surgimento do viés memória, verdade e justiça; criação da Comissão de Reparação do estado do Rio de Janeiro; inicialmente, era contrário à ideia de reparação econômica, depois mudou de ideia; solicitação de reparação na Comissão de Anistia e na Comissão de Reparação do Rio de Janeiro; defesa de reconhecimento público do que aconteceu e de pedido de desculpas; ideia de punição a violadores de direitos humanos a partir de reconhecimento social e divulgação do que fizeram; dificuldade inicial de solicitar reparação à Comissão de Anistia, com relação a deslocamento até Brasília ou a encontrar intermediário; solicitou reparação à Comissão de Anistia através do movimento de anistia de Duque de Caxias, em 2006, mais interessado no movimento do que no resultado; processo moroso junto à Comissão de Anistia; decisão da Comissão de Anistia sobre o seu processo; tomou conhecimento da decisão pelo Diário Oficial da União; trâmites burocráticos nos

pedidos de reparação; visão positiva sobre a descentralização do trabalho da Comissão de Anistia; aspecto trabalhista da reparação; última prisão no DOI-CODI em 1973; impedimento de assumir cargo público na Comissão Nacional de Engenharia Nuclear em 1974; aspectos burocráticos do pedido de reparação na Comissão de Reparação do Rio de Janeiro; início da militância no grupo Tortura Nunca Mais; início do Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça; debates sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade; atuação do Fórum de Reparação do Rio de Janeiro; debate sobre a ideia de reparação; associações de ex-militares solicitando reparação; movimentos sociais discutindo reparação; sentido do princípio de reparação moral; necessidade de tratar o tema da reparação como de interesse nacional; permanência da prática de tortura atualmente.

Arquivo 3: Propostas do Coletivo RJ para a criação de uma comissão nacional da verdade; sentido do princípio reconciliação nacional presente no texto da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade; proposta de utilização do prédio do Dops como centro de memória; visita ao prédio do Dops para reconhecimento; situação do prédio onde funcionou o DOI-CODI; inauguração do busto do Rubens Paiva em praça em frente ao antigo prédio onde funcionou o DOI-CODI; impedimento de entrada no prédio do DOI-CODI para reconhecimento; avaliação da Lei de Anistia de 1979; necessidade de responsabilização de torturadores; responsabilização alternativa à prisão; dificuldade em conviver com Nilton Cerqueira, secretário de Segurança de Marcello Alencar, quando trabalhou como chefe de gabinete da secretaria de transporte; denúncias de militares que integraram os órgãos repressivos; opinião sobre os escrachos promovidos pelo Levante da Juventude; opinião sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade; trabalho do Coletivo RJ e da localização e lugares de memória na cidade do Rio de Janeiro.

Entrevista: 11.09.2014

Angela Silva. - Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2014, primeira entrevista com Newton Leão Duarte, a cargo das pesquisadoras Dulce Pandolfi, Ângela Moreira e Priscila Cabral para o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Newton, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer sua disponibilidade em conceder essa entrevista e gostaria de começar essa nossa conversa, pedindo para que você fale um pouco sobre seu nascimento, sua infância, sua formação educacional, política.

Newton Duarte - Bom, eu nasci em Niterói, no dia 10 de setembro de 1949, morei em Niterói até os 10 anos. Então frequentei colégio lá e vim para o Rio de Janeiro quando meu pai foi transferido para o Rio de Janeiro.

A.S. - Seu pai era o que?

N.D. - Meu pai era engenheiro, trabalhava na Fiat Lux, fábrica de fósforos, existe até hoje, trabalhou a vida toda lá, depois veio a ter um papel importante junto aos presos políticos porque foi uma das pessoas que ajudavam o artesanato dentro das prisões.

A.S. - Como era o nome do seu pai?

N.D. - Nelson Osório Duarte. Se perguntar as pessoas que estiveram presas em Ilha Grande todos conhecem, já faleceu. Então no Rio de Janeiro eu estudava no colégio Mallet Soares, desde que vim para cá, no Admissão, na época, era o quinto ano, quinta série do primeiro grau, e fiquei lá até o final do científico onde conheci Ronaldo Dutra Machado, Flavio Carvalho Molina, Frederico Eduardo Mayr, Carlos Fayal, Paulo Henrique Lins, Aldo Sá Brito, todos esses. E no Mallet Soares que houve realmente a nossa politização, vamos dizer assim. Ronaldo Dutra Machado era uma figura de proa, Machado era o cara mais envolvido com a política e nos trazia sua visão, as suas demandas e a gente foi mais ou menos se politizando naquele processo dentro do movimento estudantil secundarista.

A.S. - Tinha um grêmio lá?

N.D. - Lá não tinha grêmio, lá nós fundamos um jornal chamado *Verdade* e que agrupou aquela tendência e o Ronaldo era vinculado a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), e nós então também nos aproximamos e começamos a militar já em 1966. Eu era

bem jovem, talvez 16 anos, junto a FUEC, aquelas lutas todas. A gora recentemente teve até um documentário sobre o Calabouço que está muito interessante, vale a pena ver. Nós tivemos militando junto com Ceará, todos aqueles personagens, o Brito. A minha mobilização política surgiu daí. Meus pais não tinham nenhuma vinculação específica, eram classe média alta, meu pai era engenheiro de empresa multinacional, eram lacerdistas na época, porque a classe média no Rio de Janeiro era muito simpática as ideias do Lacerda, então não tive na família nenhuma influência dessa natureza, a nossa influência foi realmente a militância de colégio. Então todo movimento estudantil, esse grupo, nós começamos no movimento secundarista, depois o Flávio entrou para a escola de química, o Frederico Mayr para escola de arquitetura, Nacional de Arquitetura, Nacional de Química, eu fui para a PUC do Rio de Janeiro, aí mudamos de status, mudamos de movimento secundarista para movimento da UNE, UME.

A.S. - Em que ano?

N.D. - Isso já foi em 68, eu fui fazer engenharia na PUC, fui reprovado no vestibular da UFRJ, e passei para o vestibular da PUC. Que fique registrado.

Dulce Pandolfi - Estavam sem partido?

N.D. - É, era só movimento estudantil, nós passamos por todas as movimentações estudantis desde 66, todas, não tem um movimento que a gente não tenha participado. Massacre da Praia Vermelha, da Medicina, o cerco aqui da Reitoria, nós sempre estivemos lá, nesses lugares. Por quê? Porque nós éramos não só mobilizados dentro da FUEC e depois da UNE, como nós todos passamos a militar no chamada A Segurança, a equipe de segurança da liderança. No movimento estudantil para as manifestações tinha uma estrutura de segurança. Qual era a missão? Era garantir a incolumidade das lideranças. Então nos organizávamos de tal maneira que, primeiro, a gente conseguisse colocar a liderança na manifestação e tira-la de lá sem que ela fosse presa, o Elinor Brito, o Travassos, o Jean Mark, nós tínhamos essa tarefa. Nós trabalhamos na segurança do Brito. E aí fomos militando nessa situação, uma situação não de massa, nem de participação política propriamente dita, representando ou organizações de esquerda no debate estudantil, nós passamos a ter uma tarefa organizacional combativa. Nós também tínhamos como tarefa garantir que a manifestação ficasse protegida, então nós tínhamos estratégias e táticas de lidar com a polícia, de agredir, de evitar, eram todas essas

nossas tarefas. Isso foi até o final de 68, com o ato institucional nº 5 que tirou as manifestações da rua. E aí começaram os grandes debates. Nessa época nós nos aproximamos da ala vermelha do Partido Comunista do Brasil. Eles tinham uma dissidência do PCdoB que se chamava Ala Vermelha, então o Ronaldo se aproximou disso, nós nos aproximamos, chegamos a militar um pouco na Ala Vermelha. Mas logo depois o Carlos Marighella já estava com a proposta da Ação Libertadora Nacional (ALN) e nós então entramos, ingressamos final de 68, 69, e passamos então a militar na Ação Libertadora Nacional. E aí começamos a entrar também, como nós já éramos um grupo combativo, já entramos em grupos táticos armados, aderimos a luta armada e fomos para a rua fazer isso, desapropriações e tudo mais.

D.P. - Entra o grupo todo de vocês?

N.D. - O grupo todo. Só o Aldo que teve um caminho diferente. Isso é interessante. A gente começou a militar no Mallet Soares, o que nos agregou, o movimento político que fizemos lá dentro foi esse jornal *A Verdade* que gerou um conflito com a direção e a expulsão de vários de nós. O Flavio Molina, por exemplo, foi convidado a se retirar do colégio, o único que ficou no colégio até o fim praticamente fui eu. E o Aldo Sá Brito, junto com outros colegas, fundou um outro jornal que não me lembro agora o nome, que era um jornal de oposição a nós, e lá adiante o Aldo veio para a ALN, eu não sabia, fui saber que o Aldo estava no ALN depois que eu fui preso. Então até meados de 69 nós ficamos militando em grupos armados, no GT aqui do GTA aquele do Grupo Tático Armado aqui do Rio de Janeiro. No dia 20 de julho de 69, que é o dia que o homem pisou na lua, eu fui preso em Copacabana, com um carro roubado junto...

D.P. – 69?

N.D. – 69, um carro roubado. Tem um outro episódio, nós passamos de todos os movimentos estudantil, inclusive Ibiúna. Em Ibiúna a UNE que estava organizando o congresso precisou mobilizar um grupo de voluntários para poder preparar o local onde seria o evento. Então nós nos oferecemos, então foi um grupo do Rio, foi grupo de outros lugares do país, nós nos articulamos com o Paulo de Tarso Venceslau e o Dirceu também estava nessa coordenação, e nós fomos lá para o local e fomos preparar. Cavamos as arquibancadas, preparamos lugar para rancho, para o pessoal dormir, a gente passou lá algum tempo. Naquela época eu tinha

um jipe, que ficou famoso no movimento estudantil, era um jipe grande, azul, Willes, que eu fui com ele para lá, porque era um dos poucos veículos que se movimentava bem naquelas estradas de terra ali. E nós tivemos então em Ibiúna antes do evento, quando o evento começou eu passei a trabalhar, evidentemente nós estávamos trabalhando na segurança do evento, passei a trabalhar no transporte dos delegados do Brasil todo. Que trabalho era esse? Eles vinham de vários tipos de transporte, carro, ônibus, saltavam na estrada, e meu papel, junto com os veículos possíveis, era tirá-los da estrada e trazê-los para o sítio, a gente ficava fazendo esse traslado, fizemos vários dias, um dia inteiro trazendo os delegados, e depois eu saí para poder dar uma limpeza, já tinha muita lama e tudo no carro, para esperar o fim do congresso e voltar para fazer o trabalho inverso, tirá-los de lá. Nesse meio tempo, eu botei o carro na oficina, tal, e fui dormir no convento dos dominicanos em Perdizes, onde eu conheci o frei Tito, o frei Beto, estão todos lá, Raton, todos estavam lá, e nesse meio tempo o congresso caiu. Então o congresso caiu e foi uma coisa muito interessante, aquele negócio todo, e eu estava com meu jipe estacionado na frente do convento em Perdizes, eu disse, vou pegar, vou dar um pulo Crusp e vou para o Rio.

D.P. - Como você soube que caiu?

N.D. - Os dominicanos me avisaram, foram avisados.

D.P. - Como eles foram avisados? Você nem sabe.

N.D. - O convento dominicano sabia do... Ligaram para o convento e avisaram, acho que foi o Oswaldo até que me avisou, se não foi o Oswaldo, foi o Tito, que me avisou “olha, o congresso caiu”, foram me acordar, eu estava dormindo numa das celas do convento. Foram me acordar e me disseram “o congresso caiu”, “mas como caiu?” “Caiu, tal”. “E agora, o que a gente faz?” Aí eu saí do convento, meu veículo estava estacionado na frente do convento, entrei no veículo, quando tentei dar partida o veículo não deu partida e a polícia me pegou na frente do convento de Perdizes. Eu não sabia por quê. Pensei que fosse por causa do congresso; alguém anotou a chapa, rastream, deviam estar monitorando o convento porque deviam saber talvez que havia algum movimento, e me prenderam, me levaram para a delegacia de Perdizes, onde um delegado... Esse episódio está narrado num livro na Unicamp, chamado *1968, o diálogo é a violência*, não sei se vocês conhecem esse livro. Uma professora da Unicamp fez uma pesquisa, não sei se é trabalho de mestrado ou doutorado, em

que ela coletou na imprensa tudo que tinha sobre o movimento estudantil, e por acaso esse episódio está lá. Um dia pesquisando no Google eu vi e comprei o livro na Unicamp. Esse episódio está lá, inclusive citando o jipe, citando tudo, inclusive um jornalista de Curitiba que estava comigo, porque nós nos conhecemos no Crusp, no Conjunto Residencial da Universidade do Estado de São Paulo, que era um grande núcleo de estudantes, e ali tinha muita movimentação, teve um papel muito importante no movimento estudantil de São Paulo, e esse rapaz que chama Zé Araújo, está vivo hoje ainda, está com Parkinson, está citado também lá. Estou contando esse episódio porque ele é importante por causa da minha história de prisões. Então eu fui preso, e fui levado para a delegacia de Perdizes e a acusação que pesava sobre mim era que eu teria participado do assassinato do capitão americano Charles Chandler. Quando eu cheguei o delegado me comunicou isso, eu fiquei muito espantado, eu não sabia nem dessa ação, e não sei também porque chegaram a essa conclusão, e ele convocou uma coletiva de imprensa e anunciou que tinha resolvido o caso e a minha foto saiu em todos os jornais, e o repórter Esso e a Globo também fizeram isso. Minha mãe e meu pai estavam jantando quando apareceu no Repórter Esso a manchete do tipo, “preso o assassino do capitão ianque”, e apareceu eu na tela. Minha mãe quase morreu. Mas esse é um episódio interessante, porque o que aconteceu? Ele me prendeu, ele fez essa coletiva, me transferiu para o Dops, em São Paulo, quando cheguei estava o pessoal de Ibiúna lá, eu passei pelo meio deles, Carlos Fayal estava sentado, todo mundo depondo, evidentemente não nos olhamos, passei reto, fui lá para o outro lado, me fizeram um pequeno cadastro e me soltaram do outro lado do prédio. Sem nenhum interrogatório, sem coisa alguma. Até hoje eu não sei exatamente o que aconteceu com relação a esse episódio, mas me parece que evidentemente o delegado queria se promover, havia alguma luta interna na polícia e evidentemente nem sabiam que eu estava em Ibiúna.

A.S. - Esse episódio nunca mais retornou na sua trajetória?

N.D. - Esse episódio deve retornar quando a Cenimar me interrogou no DOI-Codi, anos depois.

D.P. - Então você saiu dali pelo outro lado. Chegou a dar um depoimento?

N.D. - Fiz um pequeno depoimento, o que eu estava fazendo lá, eu disse sou estudante de engenharia, vim visitar algumas empresas, meu pai é industrial e tal, e tchau.

A.S. - Nenhuma vinculação com Ibiúna?

N.D. - Nem com Ibiúna.

D.P. – E no depoimento também não tem nada com assassinato?

N.D. - Nada, nada a ver com ele. Quer dizer, simplesmente me cadastraram e me liberaram. No dia seguinte estava em todos os jornais, primeira página, eu me lembro bem porque eu fui para o Crusp e lá me arranjaram um lugar para dormir, simpatizantes, dormi, no dia seguinte, vou pegar minhas coisas e vou para o Rio. Tinha que pegar meu carro no depósito da polícia, fui no depósito da polícia buscar, mas antes disso eu passei pelas bancas de jornal, em todos os jornais a minha fotografia estava na primeira página. E escrito manchetes desse tipo. E todo mundo olhava para o jornal e olhava para mim, porque eu estava com a cabeça raspada, eu sempre usei o cabelo assim. As pessoas olhavam aquelas manchetes enormes sobre o assassinato e eu estava ao lado lendo também as manchetes, olhavam a fotografia e olhavam para mim. Isso ficou muito marcado. Então esse foi meu primeiro episódio.

D.P. - Aí você vai para onde, para casa dos seus pais? Você morava com seus pais nessa época?

N.D. - Morava com meus pais. Dali eu peguei o carro vim para o Rio. Cheguei lá, esclareci o que estava acontecendo. Foi quando meus pais começaram a ter mais... já sabiam que eu participava do movimento estudantil, começaram a ter um pouco mais de consciência de que eu era um militante mais ativo no movimento estudantil, em 1968, não estava na ALN ainda. E ficou assim. Não houve mais nenhuma relação com isso. Eu voltei lá no Crusp, fui buscar meu carro, voltei para o Rio, aqui fui para a PUC. Na PUC fiz uma palestra para todo mundo porque saí em todos os jornais, queriam saber a história, eu virei uma espécie de super-herói ali, na PUC, depois fui na Filosofia, todo mundo, “conta sua história”, e contar a história do que tinha acontecido. Então foi essa a minha primeira prisão.

D.P. - E você não ficou com medo de ser preso, não?

N.D. - Eu era militante muito ativo, o ser preso para mim...

D.P. - Mas esse negócio não deixou você muito perturbado, você ser acusado de um assassinato?

N.D. - Sempre fiquei muito preocupado no sentido de dizer por que aconteceu isso, eles mesmos inventaram, eles mesmos prenderam...

D.P. - Você nem contratou advogado?

N.D. - Não, saí do outro lado e não houve nenhuma... não ficou registrado.

D.P. - Não tinha processo.

N.D. - Não ficou registrado no Dops nenhuma pergunta sobre o assassinato, apenas meu cadastro, quem é você, você é filho de quem, o que você está fazendo em São Paulo, tal, assinei embaixo minhas declarações e fui embora.

A.S. - Nesse momento a sua família não pensou em processar, por exemplo, a polícia?

N.D. - Não.

A.S. - Você já tinha um envolvimento político, não é, que... uma acusação infundada, alguma coisa assim.

N.D. - Mamãe levou esse susto, ela sabia que eu estava em São Paulo, alguma coisa de estudante, mas não sabia que era o Congresso de Ibiúna porque isso ninguém sabia, e esse episódio... Eu tinha o que? 18, 19 anos, então ficou assim. Então essa foi a minha primeira prisão. Então em 69, em 20 de julho, eu sou preso já com carro roubado, junto com o irmão do Fayal, Jorge Wilson Paulo de Lira, que era menor na época, e estava comigo. Era um sábado, a gente tinha que tirar o carro, o carro estava na rua, a gente tinha que usar o carro para uma outra ação que era um assalto a banco, e aí nós fomos buscar o carro para guardar em algum lugar. Estava estacionado na rua Leopoldo Miguez, ali em Copacabana, perto da Miguel Lemos, eu morava na Miguel Lemos. E aí quando entramos no carro, ele estava preso numa vaga, quando entramos no carro para tirar, uma equipe da polícia veio, chefiada pelo Mariel Mariscot de Matos, para quem não sabe, era um dos dez homens de outro da polícia naquela época, esse depoimento é até dele na Alerj, e ele estava capitaneando uma equipe da delegacia de furtos de automóveis do Rio de Janeiro, era um dos detetives de delegacia. Ele então nos prendeu, eu ainda tentei dar uma volta neles, dizer não... “cadê o documento do carro?”, “o documento está em casa, moro aqui perto”. Eu estava armado, a ideia era se ele fosse comigo, eu dava um tiro nele e saía fora, mas ele ficou mais esperto, disse, não, não

vamos não. Quando ele viu que eu estava armado, ele me desarmou e aí fomos para a delegacia de furto de automóveis que era um prédio ao lado do prédio do Dops, era um prédio anexo ao prédio histórico do Dops, onde era a delegacia de furto de automóveis. Delegacia típica da época, agora tem uma até melhor, mas era um pardieiro. Eu e o Jorge Wilson começamos a ser torturados ali. Onde começamos a apanhar e tudo mais foi ali, choques elétricos foi ali. E eles queriam saber por que nós estávamos roubando carros na área que era de controle do Mariel Mariscot de Matos, que ali naquela área só com autorização dele podia se roubar carros. Esse era o grande problema. Não estavam preocupados... não sabiam de nenhuma relação política, não tinham nenhum... mas, quem somos nós, porque todo mundo que rouba carro em Copacabana sabe que tem que pedir licença a polícia. Esse foi o argumento real. Veio participar do interrogatório o Jaime Lima, Jaime Lima é um delegado também, um dos homens de ouro que também trabalhava na área na época. E foi o Jaime de Lima, depois de um interrogatório daquela natureza, que nada tem a ver com o que você faz, você vai levando de letra, você vai apanhando e tudo e mais, você vai inventando qualquer coisa. E eu ameaça eles o tempo todo, que eu era um cara de classe média, meu pai era bem situado, que eu ia processar todo mundo, e eles, como era uma questão criminal, eles começaram a ficar preocupados, e aí o Jaime de Lima que teve a primeira ideia, ele disse, o rapaz é estudante da PUC, tal, isso não deve ser crime comum, deve ser questão política. Entrou em contato com o Dops e o Dops orientou no sentido de levar para a polícia do exército lá na Barão de Mesquita. Dali, no dia 20 ainda, nós fomos levados para a Barão de Mesquita, onde já funcionava, começava a funcionar, não existia o DOI-Codi ainda, o DOI-Codi foi fundado no final de 69, já funcionava a polícia política, em convênio. Os investigadores estavam lá, todos, do Dops, da polícia de roubo e furtos, então nós fomos para lá. Dessa prisão eu fiquei até final de 71, 72. Aí eu fui preso, processado, condenado e saí em liberdade condicional em final de 71, outubro, novembro.

D.P. - E aí você já foi enquadrado no processo da ALN?

N.D. - Enquadrado no processo da ALN. Ali surgiu esse processo da ALN, a gente ficou envolvido, o Flávio...

D.P. – Você foi o primeiro a cair desse pessoal?

N.D. - O primeiro. Isso está muito bem relatado no Orvil. Orvil, não sei se vocês conhecem, você conhece, o Orvil é uma publicação de linguagem policial e registra essa primeira queda da ALN. Mas nós só fomos envolvidos com o ALN dias depois. Houve possibilidade de enrola-los muito tempo, até que invadiram minha casa, pegaram a fotografia de todo mundo, estavam todos os amigos fazendo alpinismo juntos, era difícil você não ter essas ligações. E aí foi que surgiu o processo, mas não houve prisão nenhuma em consequência disso.

A.S. - Demorou muito para a sua prisão ser formalizada?

N.D. - Demorou. Eu fui preso em 20 de julho e o meu IPM deve ter sido aberto 30 dias depois e eu fiquei incomunicável por cerca de 45 dias, foi quando minha família conseguiu me localizar. E eu fiquei sabendo disso porque recebi na cela uma camisa, pasta de dente, escova, coisas minhas, da minha casa. Foi quando eu vi, bom, minha família sabe que eu estou aqui, que até então não sabia. E na Polícia do Exército fiquei preso sete meses lá dentro, até o carnaval de 70, razão pela qual eu como convivi muito ali... primeiro vi muita gente passar...

D.P. - Você pega a queda do pessoal da ALM enquanto você está lá.

N.D. - Da ALN, ainda não. Eu peguei MAR, o pessoal do Flavio Tavares, que também era ligado a ALN, mas não era essencialmente ALN, peguei o PCR todo, inclusive [Mario] , essa parte toda e algumas pessoas da Dissidência da Guanabara. Mas foi uma vivência que eu tive grande lá, e com isso me permitiu fazer todo trabalho que fiz depois, recentemente, de reconstituição de espaços.

D.P. – Ficou sete meses?

N.D. – Sete meses

D.P. - Já tinha capuz nessa época?

N.D. - Não. Inclusive logo depois, na PCBR que começou isso. Na época que eu fui preso e o MAR também, eles usavam inclusive os nomes, continuavam com os nomes, os oficiais e soldados continuavam com os nomes presos no uniforme, eles não tinham nenhuma... também nessa época essencialmente os interrogatórios eram encaminhados ou para o pessoal da polícia civil, Dops, furto de automóvel, agentes cedidos ou Cenimar. O Cenimar já tinha

um corpo bem diferente. Você chegava, via, eles iam de terno e gravata, aquele tal do Mike, que vieram em interrogar. Depois foi identificado, não sei se Alfredo, se ficou certo de ser Alfredo.

D.P. - Saiu hoje no jornal?

N.D. - Não. Foi identificado, o tal chamado Mike foi identificado em vários trabalhos aí. E o inspetor Solimar que trabalhava no Cenimar. Então a minha fase de interrogatório foi nesse período de incomunicabilidade, depois abriu-se o IPM, e aí eu passei a ser um preso aguardando julgamento.

D.P. - Quando você estava na PE você recebeu visita de família?

N.D. - Sim.

D.P. - Nessa época família podia ir lá?

N.D. - A partir de final de agosto.

D.P. - No prédio onde tinham as torturas?

N.D. - É, no próprio prédio. Tudo isso eu desenhei. Lá no térreo tinha uma área grande e ali eu recebia as visitas. Os presos que estavam lá mais antigos, os presos do MAR, do Movimento Revolucionário Armado também receberam. Estava lá o Aldair Lemos, tinha lá o Jarbas.

D.P. - Você sai de lá quando, da PE?

N.D. - Da PE eu saí no carnaval de 70, era final de fevereiro. Fui para o Dops, aí fui entregue ao Dops.

D.P. - Você não encontrou porque o pessoal é preso em janeiro de 70. O Jimmy, Ronaldo...

N.D. - Foi mais depois. Eles foram presos depois.

D.P. - Então logo depois. Eu sei por que foi quando...

A.S. - Você já saiu de lá condenado?

N.D. - Não. Essa prisão durou mais tempo, dali eu fui entregue ao Dops, o Dops estava em obras. Tinha tido um problema na carceragem masculina, no terceiro andar, e aí eu fui levado para a delegacia de Vigilância Norte, que era em Ricardo de Albuquerque. Lá eles fizeram um xadrez só para os presos políticos. Como eu cheguei lá, fui sozinho, não tinha ninguém ainda, eu fui colocado na cela dos... onde me botaram? Bom, tem bicheiro, contraventor geral de jogo, e o Milton do pó. Tem e o pessoal da malandragem, o pessoal que eles chama de malandragem, o pessoal mais raia miúda, de pequenos furtos e tinha uma cela do pessoal bam bam bam, eu fui colocado lá, que era uma cela vip. Igual as outras, mas tinha tapete no chão, fogão, aquele negócio todo, porque bicheiro sempre é bem tratado ali.

D.P. – Você c e mais quem ali?

N.D. - Eu, os dois irmãos Habib do grupo Credência S.A. que estavam presos por estelionato, o Milton do pó que estava preso por cocaína, que na época não existia toda essa violência na área do pó, o Milton do pó era o mais famoso traficante, estava lá um outro estelionatário, e tinha alguns bicheiros, e tinha o Cunha que era o grande coordenador do carteado dos cassinos clandestinos aqui em Copacabana, que tinha um cassino num edifício na Atlântica, todo esse pessoal era preso e solto periodicamente. A polícia conhecia as atividades, mas tinha que prender e soltá-los para fazer estatística e tudo mais. Então fiquei ali algum tempo, eu fui transferido de noite, como sempre. E tem um episódio interessante que o sargento Antunes, que também é uma pessoa que teve um certo destaque na polícia do exército, foi uma pessoa que o Fayal atirou reagindo a prisão e feriu, e ele avisou meus pais que eu tinha sido transferido, disse para onde, meus pais foram lá, um primo meu que era da Marinha, oficial da Marinha foi lá visitar. E aí eu não tive nenhum problema de incomunicabilidade naquela época. A disposição do Dops eu fiquei março de 70 até cerca de setembro, outubro, quando eu fui para Ilha Grande. Cerca de quatro meses eu fiquei em Ricardo de Albuquerque, depois vim para o prédio do Dops, porque aí acabaram as obras, eu fiquei no prédio do Dops. Ali encontrei Paulo Henrique, Jorge Raimundo, como é o nome dele, que mora em São Paulo, não me lembro.

D.P. - Doti, você encontrou com ele?

N.D. - Doti, tinham várias pessoas, padre Alípio, [?] Freitas, tinham várias pessoas, diversas organizações ali no coletivo do 3º andar do Dops. Eu fiquei lá até essa época e continuando a

ser processado e aí fui para Ilha Grande. Aí minha condenação saiu e eu já estava na Ilha Grande. Fui condenado há seis anos, que era a pena máxima, porque eu peguei a velha lei de segurança, a lei de segurança mudou em final de 69.

A.S. - Foi pela de 67.

N.D. - É. Quando começaram os sequestros, aí eles mudaram a lei de segurança, que ficou bem mais rigorosa, a pena máxima era seis anos e depois eu consegui recorrer e no Supremo Tribunal Militar caiu para metade, aí eu saí em liberdade condicional.

D.P. - Aí você saiu quando?

N.D. - Saí em outubro de 71.

A.S. - O tempo que você ficou preso aguardando julgamento foi considerado como tempo de cumprimento de pena?

N.D. - Foi. Por isso que eu saí em liberdade condicional, eu já tinha cumprido mais da metade.

A.S. - Qual foi o crime?

N.D. - Eu fui enquadrado no art. 25 da lei de segurança que era isso, assalto a banco, essas coisas todas, com objetivo político. Tinha lá um enquadramento. Bom, então essa foi minha segunda prisão.

A.S. - Em nenhum momento nessa segunda prisão durante os interrogatórios a primeira prisão foi mencionada?

N.D. - Não. Assim, aí que vem a coisa curiosa. O pessoal do Cenimar chegou lá, e perguntou, você conhece Zé Araújo? Eu digo, não. Aí ficaram uma fera como não conhece...? Conhecei sim. Quem era Zé Araújo? Aí falaram, um jornalista. Aí me lembrei, era o jornalista que foi preso comigo em Perdizes, estava comigo de carona. Eles sabiam que eu tinha sido preso em São Paulo por causa do registro que tinha lá, eles já tinham levantado, mas a Polícia do Exército nunca tocou no assunto, quem tocou foi o Cenimar, e tocou por tocar, só para tentar me mostrar que eu estava mentindo. Vai perguntando quem você conhece, você diz que não conhece, e o principal instrumento de investigação para época, você deve saber disso, era o

catálogo de Ibiúna. No catálogo de Ibiúna tinha fotografia de todo mundo, que eles foram fotografando. O Dops de São Paulo fez um cadastrou de um a um. Pegavam você, botava na frente, começavam a passar as fotografias e sabiam quem você conhecia. Estava lá o Fayal, estava todo mundo. Essa era a grande base de dados. Então essa foi a minha segunda prisão. Eu saí no final de 71, e quando foi em 72, primeiro semestre, houve uma queda de AP, Ação Popular no Rio. Uma de criação minha, que era jornalista, Maria Helena Pereira, jornalista do Globo, estava envolvida. E ela frequentava muito a minha casa, a casa da minha mãe. Por quê? Nesse período de prisão minha mãe se politizou, meu pai também. Meu pai nunca chegou a ser um homem de esquerda, mas eram simpatizantes que ajudou muito todo o movimento, especialmente o movimento de parentes de presos políticos. Chegou ao ponto de ajudar as pessoas que saíam da prisão, que não tinham recursos, a voltar para suas casas, dava dinheiro, levava, dava passagem, fez um trabalho muito grande nesse sentido. Minha mãe, não, politizou-se e passou a ser uma militante forte da origem de todo movimento de familiares de desaparecidos, mães, movimento de mães.

D.P. - Como é o nome da sua mãe?

N.D. - Vera Leão Duarte. Depois que eu peguei meus documentos, liberei meus documentos junto ao Dops, aqui no arquivo público, minha mãe era vigiada e citada lá, já era considerada pelos órgãos de segurança como pessoa militante que fazia intrigas e falava mal da ditadura, essas coisas, militante do movimento. Ela faleceu em 76, então não chegou a participar do Tortura Nunca Mais, em 76, de câncer.

D.P. - Muito nova, então?

N.D. - É, tinha 50 e poucos anos, 56 anos. Não chegou a ver nem a abertura nem o resultado de toda aquela luta, mas ela foi uma das fundadoras desses movimentos que chegaram depois a Tortura Nunca Mais, a Luta pela Anistia, fatalmente se não tivesse morrido, teria continuado. Bom, aí em 72, essa queda de AP, a Maria Helena Pereira que era minha irmã de criação esteve envolvida, e como ela frequentava minha casa, o Dops foi atrás de mim, e aí tem um outro fato...

D.P. - Quer dizer, você saiu da prisão, voltou para sua casa. Voltou para a PUC?

N.D. - Voltei para casa. Eu tinha liberdade condicional eu fui obrigado a arranjar alguma atividade que o juiz me obrigou, você tem que arranjar um emprego ou estudar. Então eu arranjei um estágio e voltei a estudar. Fui fazer curso técnico de eletrônica, razão pela qual eu entrei na *Globo* depois. Fui fazer curso de eletrônica em 72.

D.P. - Você largou seu curso então da PUC?

N.D. - Da PUC eu fui jubilado. Fiquei quatro anos afastado, a PUC me expulsou. Então eu perdi a matrícula, então fui fazer curso técnico de eletrônica na PUC. A PUC tinha um curso chamado Colégio Técnico de Eletrônica, a noite, então eu fui trabalhar de dia e estudar de noite e comuniquei ao juiz. E nesse meio tempo, eu tinha que comparecer ao I Exército mensalmente para assinar um livro, dizendo o que eu estava fazendo e onde estava. Esse livro era assinado na presença do Fiuza, que era o chefe do Ciecs lá, na época, na vista dele. Ele fazia questão. Sentava lá na antessala dele, esperava até ele poder atender e assinava lá o livro de presença, fiquei assim durante algum tempo. Depois me liberaram. Nesse meio tempo houve essa queda dela, então meu nome apareceu nos depoimentos, como conhecendo as pessoas, e aí eles foram atrás de mim. Aí tem um outro episódio importante também, esse não tem registro. Eu estava voltando do trabalho, eu trabalhava numa empresa chamada Aerofoto Cruzeiro do Sul, que era na entrada da Ilha do Governador, fazia levantamentos aero fotométricos. E voltando do trabalho, a minha namorada na época, ela ficou naquela pracinha Eugenio Jardim esperando, eu morava na Miguel Lemos, que eu vinha de motocicleta, e aí ela fez um monte de acenos, eu parei, “não vai para casa que a polícia está lá”. Ela ficou sabendo, e me avisou. Aí não fui para casa, fui para casa da minha tia que era perto dali, esperar para ver o que estava acontecendo. A polícia ficou lá em casa algum tempo, Dops, agentes do Dops, cujos nomes depois eu averigui e botei também no depoimento. Ficaram lá algum tempo. E gozado, eu perguntei como eles tinham sabido que a polícia ia lá, e ela conseguiu sair. Alguém telefonou para minha casa dizendo “o Newton está aí?” “Não”. “Fala para ele não ir para casa porque o Dops está indo para aí”.

A.S. - Sem se identificar?

N.D. - Sem se identificar. Aí fizemos isso e realmente o Dops foi. Fui para a casa da minha tia. Eu estava na casa da minha tia, tocou o telefone, eu atendi, “Newton? Sai daí que o Dops conhece esse endereço”, eu perguntei “quem está falando?”, “um amigo”. Desligou. E eu saí.

E a polícia foi lá. Morreu, nunca mais se falou nada sobre isso. Quem estava telefonando e informando? Eu até fiquei com medo que fosse uma provocação para você sair e te pegarem e desaparecerem, não é? O que eu faço? Fiz um esquema para não ficar... Isso me levou a ficar mais de 40 dias clandestino, que aí eu me escondi, fui para casa de parentes, depois para casa de amigos, e comecei a me esconder porque não sabia o que estava acontecendo. Meu pai fez contatos na época com advogados, e o advogado que meu pai contratou para investigar era o Wilson Mirza. Foi um advogado que teve uma atuação aí. Não era nenhum simpatizante de esquerda, mas era um cara muito eficiente. Ele tinha muita penetração lá no Dops.

D.P. - Ele era criminalista, famoso. Ele trabalhou no processo junto com Heleno. Wilson Mirza então entrou em contato com o Dops, apurou tudo, aí uns 30, 40 dias depois eu me apresentei ao Dops para esclarecer as coisas. Fui lá junto com ele, depois e fui liberado. Então eu não fui preso, mas fiquei foragido muito tempo.

D.P. - Quando você saiu da prisão você tem contato com o pessoal da ALN? Nessa altura já estava muita gente presa...

N.D. - Tinha. Mas quando eu saí da prisão, não me lembro se foi... foi ao longo do ano de 72, eu tentei contatar a ALN e me botaram em contato com Amadeu Rocha, que é da RAN, houve um engano nesse negócio. Aí marcaram um ponto e eu me encontrei com o Amadeu Rocha, da RAN, teve consequências depois que eu vou contar. Encontrei na rua o Amadeu Rocha, quando eu disse a ele que eu considerava aquele encontro com ALN, ele disse, não sou da ALN, é um engano. Aí a gente se despediu e acabou aí. Mas depois eu consegui entrar em contato com a ALN através do irmão da Leda, mulher do Jimmy, o irmão dela era militante da ALN também. Aí começamos algumas discussões, mas a ALN já estava bem desbaratada em 72, e veio a cair, inclusive ele, em 73. Não foi para diante, mas os contatos eu tentei contatar. Então esse episódio do Dops ficou aí. No início de 73, por volta do mês de março, a RAN caiu, a Resistencia Armada Nacionalista chefiada pelo Amadeu Rocha, onde militava uma pessoa chamada Alail Vandi Lemos, que foi do MAR, Movimento Armado Revolucionário, que escreveu um livro recentemente sobre torturas, tudo, e aí meu nome foi citado lá e eu fui preso pelo DOI-Codi, essa vez pelo DOI-Codi. Cheguei em casa, tinha uns agentes esperando, me enfiaram o saco na cabeça, aquele negócio todo, e eu fui levado, eu já estava sabendo, senti que me botaram no fundo do carro e me levaram para o DOI-Codi.

Fiquei preso nessa época uns 11 ou 15 dias no DOI-Codi, e lá fui acareado com o Amadeu Rocha, estava bastante torturado, e na minha frente perguntaram, você conhece? Não falei nada, ele falou conheço, mas ele não tem nada a ver com a RAN, ele mesmo disse. Ele teve um encontro comigo, mas ele não estava interessado na RAN, não tinha nada a ver. “O que ele queria?”, “ele queria contato com a ALN”. Eu pensei, bom, agora vão querer saber se eu tive contato com a ALN. Mas por incrível que pareça me jogaram lá no canto, fui interrogado mais algumas vezes sobre o episódio da RAN, não tinha nada a ver com aquilo, fui solto 15 dias depois. Solto daquela mesma maneira, saí com saco na cabeça. Essa vez foi debaixo do viaduto dos marinheiros, me soltaram ali, não olha para trás, fui embora.

A.S. – Também não foi formalizada?

N.D. - Essa prisão, não. Foi registrada, mas não formalizada. E aí já encontrei um DOI-Codi totalmente diferente. O que eu estive preso na Polícia do Exército, pelas investigações criminais de 69 e 70 era um quartel tradicional, um estabelecimento prisional da Polícia do Exército que tinha celas e salas administrativas, a tortura era feita em uma das sala administrativa, não havia nenhuma instalação especial para investigação nem tortura.

D.P. - Não tinha sala roxa?

N.D. - Não tinha nada, isso foi construído final de 69, início de 70, eu assisti o início das obras, por isso que eu fui depois desenhar, fiz os desenhos todos das modificações. Em 73 quando eu estive lá então, aí já fui com capuz na cabeça, pude ver pouca coisa, mas eu consegui ver. Aí eu fui colocado, por exemplo, na geladeira. Eu conheci a geladeira, conheci a sala roxa, as salas que tinham espelho de uma só face. Toda uma infraestrutura já feita para investigação. E fatalmente o modelo, o modelo copiado de algum lugar, hoje sabe-se que veio da Europa, Estados Unidos, da França, aqueles modelos usados de investigação, aquele púlpito que te botava, a sala toda acústica, toda forrada para não sair som, a porta que fecha como uma geladeira, não deixa frestas; aqui se eu gritar, alguém lá fora vai ouvir, a porta deles fechada direitinho, ninguém ouvia. Então isso já estava assim, em 73 era toda adaptada. Segundo andar também tinha sido dividido em várias celas, lá em cima existia na verdade no meu tempo uma, duas, quatro salas grandes coletivas e agora estava tudo dividida já, algumas celas grandes e outras menores. Isso foi até o mês de março.

D.P. - Você ficou na geladeira, não?

N.D. - Fiquei na geladeira um tempo. Não conheci a tal da sala branca. A sala roxa, eu me lembro bem, e a geladeira. Depois eu fiquei lá em cima, até que resolveram me liberar. Depois quando chegou por volta de junho, julho, de 73 a ALN caiu. E aí me pegaram de novo. Foi minha quinta prisão. Aí me pegaram de novo, pela ALN, pelo contato que fiz, porque caiu o pessoal da Leda, o irmão dela. E aí a mesma coisa, me pegaram na rua, vou fazer uma correção, aí me pegaram em casa. Quando eu fui preso na RAN, me pegaram na verdade no Hospital da Ordem III da Nossa Senhora do Carmo, ali na rua Riachuelo. Eles estavam me seguindo, eu estava indo visitar uma tia minha que estava com câncer terminal, junto com a minha família e com a minha namorada, chamava-se Claudia de Souza Jerpe, na época, depois eu casei com ela. Foi preso eu e ela, ela foi levada também, foi encapuzada, jogada lá, tiraram a roupa dela e soltaram depois. Viram que ela não tinha nada, no dia seguinte soltaram.

A.S. - Ela não era militante?

N.D. - Não era militante, foi presa porque estava comigo. E meus pais também estavam lá. Então nesse episódio eu fui preso no hospital. Já em julho fui preso na porta de casa, a mesma coisa, capuz, aquele ritual todo, fui para lá, por causa da ALN, na ocasião eles já tinham ideia de que eu não estava militando, a ALN tinha tido só um contato, me falaram isso inclusive, e foi mais para poder checar com os outros. Eu vi que estava através dos espelhos me mostrando para alguém, tudo mais, e eles me fizeram a seguinte ameaça, se você voltar a se encontrar com a ALN você morre, que é orientação do exército matar todo mundo que seja da ALN. Você pode se comunicar com o Partido Comunista, com quem você quiser, mas com a ALN não faça contato. Depois mudaram de ideia e foram pegar o Partido Comunista. Mas naquela época eles tinham ideia de que esses eram os perigosos.

A.S. - Nessa ocasião você foi preso por quem?

N.D. - Também pelo DOI-Codi. Nas duas ocasiões foi DOI-Codi. Aí voltei no DOI-Codi, voltei na sala roxa...

D.P. - Te torturam essa vez?

N.D. - Deixa vez só torturaram... das duas vezes. Primeiro, mudou totalmente o perfil do interrogador. Antigamente era um policial que só sabia bater e gritar, não tinha a menor noção. Para vocês terem uma ideia, quando eu fui preso pela ALM na Polícia do Exército, nas fases preliminares, foi o investigador Timóteo que ficou responsável pelo meu interrogatório, e a primeira pergunta que ele me fez foi “qual é a sua esquadra?” É uma frase que ninguém conhecia na esquerda. Qual é a sua esquadra! Não existe esquadras. Eu respondi exatamente assim, eu não sou de Marinha. Porque eu respondi o óbvio, e eu vi que ele não sabia nada. Por isso que eles não prenderam ninguém da ALN naquela época, porque eles não sabiam, não tinham... Já em 73, esses tenentes, capitães, tudo mais, que vieram do Panamá, já com toda uma formação de análise de informações e vinham com perguntas efetivas, e também não perdiam tempo batendo em quem não precisava. Ou as pessoas eram levadas para as casas da morte para serem eliminados, se entravam lá era porque só para fichar, ver se algum estava falando a verdade, tal. Então eu não fui torturado do ponto de vista pancada, pau de arara e choque, o que eu sofri foi aquelas torturas outras como, por exemplo, ficar em pé durante n horas. Te bota de cara na parede e te deixa em pé. Isso não parece uma tortura, mas você ficar horas e horas em pé, olhando para a parede sem saber o que vai acontecer, num lugar que você ouve barulhos, e você não sabe o que vai acontecer é muito ruim, e a tua perna vai inchando, porque a circulação vai ficando, além da vontade de urinar e tudo mais. Não deixa de ser uma tortura bastante violenta. Eles usaram isso muito com o PCBR. Aí eu fiquei uma ou duas semanas e fui solto, porque também não tinha nenhuma... com essas ameaças.

D.P. - Sua família atrás e tentando localizar?

N.D. - É, sempre tentando localizar. Nesse caso que eu fui preso em casa, minha família já sabia, e sempre mobilizando advogado. Inclusive Modesto Silveira, que era muito amigo da família, para poder localizar. Então essa foi minha quinta prisão. Nesse período desde o movimento estudantil até 73 eu tive essas prisões, depois a monitoração. Depois eu verifiquei pela documentação do Arquivo Público que até 84 eles continuavam acompanhando a vida das pessoas, inclusive a minha. Quando houve o governo Brizola, em 83, que ele tomou posse, eu fui trabalhar primeiro com a Tania Fayal e o Fayal, o Fayal foi eleito deputado, depois com o Bueno Monteiro, as minhas nomeações estavam todas registradas. Primeiro trabalhei na Rio Tour, depois trabalhei no transporte, diretor de controle de transporte, depois

diretor geral, estavam acompanhando direitinho a vida das pessoas, mesmo depois da abertura, estou falando de 84, documentos do Cise de 84.

A.S. - Acompanharam o seu pai também?

N.D. - Meu pai não muito. Meu pai sofreu problemas porque trabalhava numa multinacional, mas como era um cara de muita projeção, um engenheiro responsável por muita coisa, ele conseguiu ficar mais incólume em relação a isso. Mas seguramente atrapalhou um pouquinho a carreira dele. Mas ele teve um comportamento muito surpreendente em relação a isso. Ele não era um homem conservador porque era um homem bastante instruído, a minha irmã é retardada mental, ela teve uma seqüela de encefalite na infância, ela é mais velha do eu, então meu pai se dedicou muito a isso, então ele era uma pessoa instruída, esclarecida, não era um engenheiro tecnocrata, era uma pessoa com visão de psicologia, uma visão humana mais ampla. Por isso acho que ele se adaptou.

D.P. - Depois de 74?

N.D. - Em 73 foi a última prisão que eu tive. Tive esse acompanhamento, e aí comecei a ter minha vida e aí começaram os movimentos pela anistia, movimento da abertura democrática e aí passei a participar. Teve as eleições de 74, que eu participei ativamente da campanha, depois 76, 78, teve eleições, depois teve a campanha para Anistia, depois a campanha pelas Diretas, enfim, em todas essas campanhas eu sempre fui militante assíduo, nunca deixei de militar.

A.S. - Durante essa militância pela anistia, vocês já também tinham como objetivo a identificação dos torturadores, denúncia de tortura, de prisão ilegal? Como era esse tipo de comportamento?

N.D. - Esse movimento de tentar esclarecer, entre nós, sempre existiu. A gente se encontrava, trocava informações, já começaram a se escrever os primeiros livros, do Gabeira, então a gente já trocava essas figurinhas, mas não havia ainda um movimento institucional mais institucionalizado, mais racional sobre isso. Isso acho que veio muito depois da Constituição de 88, e começou a se consolidar, e o movimento Tortura Nunca Mais, acho que foi o primeiro, um núcleo no Rio de Janeiro, primeira vanguarda desse movimento, primeiro de esclarecimento, de conseguir documentar, documentar com racionalidade. Teve

evidentemente o cardeal Arns, tudo mais, tudo isso foi documentando, era uma fase de documentação, todo mundo conversando, todo mundo trazendo informação, aqueles que saíam na frente escrevendo livros, outros saíam pesquisando e fazendo as consolidações. Mas não havia... Eu toquei minha vida profissional, quer dizer, eu voltei a estudar engenharia, terminei meu curso técnico, mas antes de formar no curso técnico fiz um novo vestibular, em 73, entrei para a antiga escola técnica federal [?], que tinha um curso de engenharia de operação eletrônica. Aí fui fazer engenharia eletrônica que era um curso de três anos, depois fiz complementação e tirei diploma de engenheiro, quer dizer, voltei ao meu estudo de engenharia, trabalhei na *Rede Globo*, na [?] comecei a vida normal de engenheiro. Até hoje. Então a minha militância passou a ser paralela a vida, eu casei, tive filhos e fui fazendo essa vida. Militando dessa maneira, aí já uma militância cidadã.

D.P. - Você chegou a se filiar ao MDB?

N.D. - Não, eu tive um trabalho muito grande com o PDT, com a volta do Brizola, o Fayal estava exilado, o Ronaldo também, eles voltaram junto com o Brizola, participaram do encontro de [Lisboa]. Quando eles voltaram, nós nos reencontramos, nos mobilizamos, por isso que eu fui trabalhar com eles, a esposa dele, no governo do Brizola a partir de 83. Foi quando eu entrei na área pública e nunca mais saí.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

N.D. - Falei mais dessa parte da militância armada e das prisões...

A.S. - E sobre o movimento pela anistia. Pode contar um pouco da sua experiência?

N.D. - Sim, então nessa época a partir de um certo momento que começou essa questão da anistia se colocar, nós estávamos com muitos colegas presos, companheiros presos sem expectativa de saída, Jesse Jane, da ALN, o Colombo, o Jimmy, Jorge Raimundo Junior, que era da ALN, o Jabur, todos presos, e aí começou a ter um grande movimento de pressão pela anistia. Eu tocando minha vida já, retomando minha vida, continuei a militância e a gente participava das reuniões de grupo e debates, mas eu não tive nessa época nenhuma posição de vanguarda nisso, apenas de participar, de ajudar.

A.S. - Apoiar o movimento.

N.D. - Apoiar o movimento, não tive nenhuma posição de liderar nem de vanguarda. E aí fomos até o movimento da anistia e depois...

D.P. - Você chegou a se filiar no PDT?

N.D. - Me filiei no PDT uma época.

D.P. - Nesse momento do retorno do Brizola?

N.D. - É, do retorno do Brizola, trabalhava, mas nunca militei no PDT, eu sempre... É um fenômeno brasileiro, você tem o partido político e o partido do poder, ou o partido na administração. Eu sempre participei da militância nos partidos da administração, nos cargos públicos. Que é uma distorção que nós temos. A gente dissocia essas coisas, as pessoas são filiadas a partidos políticos, mas trabalham na administração, e na verdade são do partido da administração, o que leva a querer ficar no poder sem sair, isso é uma distorção. Mas então eu nunca participei da vida... a não ser nos congressos, reuniões do partido aí eu ia, mas militância diuturna, assumir funções do partido, no PDT nunca assumi.

D.P. - Você estava falando da anistia, não é?

A.S. - Isso. Qual foi o sentimento de vocês quando a lei da anistia foi editada?

N.D. - É aquele caso, a gente festejou e criticou. A gente tem uma visão muito crítica sempre. Eu até sou uma das pessoas menos radicais nisso. Tive discussões grandes com o grupo Tortura Nunca Mais, por exemplo, sobre vários aspectos. Mas porque a gente tinha visão muito crítica, não era anistia que nós queríamos, não era ampla, não era geral, não era irrestrita. A gente queria uma coisa maior, ela saiu bastante mutilada na primeira edição e interpretação, então alguns ficaram de fora, depois houve uma ampliação da interpretação e saíram os demais. Mas esse movimento foi logo substituído pela luta pela constituinte, logo depois. Ficou meio esquecida até o momento de se falar em comissão de anistia.

D.P. - Mas você chegava a frequentar aqui o comitê da anistia, o CBR no Flamengo, você vinha às reuniões?

N.D. - Não, não. Acompanhava, tinha os companheiros, mas eu não estava me dedicando a esse movimento. Acompanhando e sempre participando de reuniões, mas sempre reuniões de base, nessa época eu não tive uma militância mais forte.

A.S. - No sentido de pensar formulação...

N.D. - De estar à frente do movimento, apenas divulgando, discutindo.

D.P. - E quando é montado o grupo Tortura Nunca Mais? Você acompanhou ou também não?

N.D. - Tortura Nunca Mais, eu não participei diretamente numa primeira fase, vim participar bem depois. Nessa primeira fase quem participou muito foi o irmão do Flávio, o Gilberto Molina, ele participou muito da primeira fase, especialmente da fase de busca dos desaparecidos, porque o Flávio era desaparecido, o Frederico era desaparecido, e nessa época eu ajudei muito foi pesquisando documentos. Eu tinha muita documentação no meu processo, em casa, que meu pai juntou, minha mãe, e a gente tinha outras de ir lendo. E uma das contribuições que se teve da localização do cemitério de Perus veio de um documento do meu processo aqui no Rio, onde existia uma citação, se não me engano, terceira auditoria do Exército, ou alguma coisa assim, ou foi no Superior Tribunal Militar aqui, onde existia uma documentação, uma indagação do juiz auditor ao Dops de São Paulo para saber sobre o paradeiro do Flávio. E eles responderam por ofício dizendo que Flávio Carvalho Molina tinha sido enterrado no cemitério de Perus com o nome de Álvaro Lopes Peralta.

D.P. - Eles responderam isso?

N.D. - Está escrito.

D.P. - Isso é no seu processo?

N.D. - É, dentro do meu processo, processo da ALN. Quando eu olhei aquilo e vi, eu peguei o documento, tirei cópia e dei para o Gilberto Molina. E aí começaram. Eu não estou dizendo que isso foi a única causa, mas uma das bases informacionais que levaram ao cemitério de Perus, seguramente foi esse ofício.

D.P. - Foi seu advogado que pegou essa papelada ou você mesmo?

N.D. - Meu pai ia guardando, meu pai era um cara bem organizado, então tinha uma pasta. Tem até hoje em casa, pastas cheia de documentação referente aos processos, xerox. E eu manipulando aquilo eu descobri essa resposta.

D.P. - Você manipulava aquilo?

N.D. - É, comecei a olhar, porque a gente estava começando a procurar esses rastros aí, então esse é um documento que foi importante na localização da vala de Perus. Porque está lá escrito, que foi enterrado com nome de Álvaro Lopes Peralta, que foi o último codinome que ele usou, logo, a repressão sabia quem era e enterrou como indigente assim mesmo.

A.S. - Nesse momento também familiares de desaparecidos, como nesse caso que você mencionou, começam a se articular de maneira inclusive mais organizada para exigir que o estado brasileiro se responsabilizasse ou de alguma forma respondesse com relação ao paradeiro dessas pessoas. Você participava de algum modo nesse sentido?

N.D. - Esse foi um outro movimento. Quer dizer, o movimento pela anistia tinha um viés muito claro, o movimento pelas diretas também. Esse movimento que é o movimento de memória, esse movimento de justiça, liberdade, acho que foi bem mais moderno, na minha participação foi bem mais moderno. No início eu não tinha muita clareza de que propostas eram essa. A nossa luta sempre foi de desvendar a ditadura, de denunciar o que tinham feito, mas nunca com essa ideia. Acho que esse movimento, essa ideia que se consolidou mais na Argentina, no Chile antes de se consolidar na cabeça de nós militantes, hoje militantes aqui, essa é a visão que eu tenho. Eu não tenho nenhuma visão acadêmica nem racional sobre isso, tenho só essa intuitiva. Porque eu fui envolvido assim. De repente eu vi esse movimento, de repente eu comecei a... foi em 2000 e pouco, em que o grupo Tortura Nunca Mais tinha um programa de atenção psicológica a ex-presos e vítimas das torturas, foi quando eu me reaproximei. Acho que 2005.

D.P. - Você procura o programa, é isso?

N.D. - Eu procuro o programa, procuro o Tortura Nunca Mais, me reaproximei, porque o Gilberto Molina estava saindo e me disse, tinham recém localizado o corpo do Flávio, nós enterremos os restos aqui no cemitério São João Batista, eu participei daquela cerimônia, e depois quando aquilo acabou, eu voltei a me encontrar mais com o Gilberto e ele estava

militando do grupo Tortura e se afastando porque ele estava muito cansado, ele tinha se dedicado muito a isso, e eu comecei a frequentar as reuniões de segunda-feira do grupo, onde essa ideia não estava colocada dessa maneira ainda, em 2005, 2004.

D.P. - Qual ideia?

N.D. – A ideia de verdade, justiça que existia ainda era ideia de procurar, de denunciar, não tinha essa ideia ainda de justiça de transição, esses conceitos não estavam bem colocados, não existia ainda. Mas existia esse programa específico, que era coordenado pela Vera Vital Brasil, por exemplo, e havia todo um programa financiado pela União Europeia e pela ONU, tinham vários pequenos projetos que financiavam essa atuação de psiquiatras e psicólogos. Em especial tinha o programa da União Europeia que juntava Chile, Argentina, Brasil, Uruguai, que durou vários anos. E o grupo Tortura Nunca Mais estava com problema de gerenciamento, porque havia exigências da União Europeia de se fazer gestão desse programa. Aí por acaso eu estava lá e perguntaram se eu não podia ajudar e eu passei a ajudar na gestão do programa.

A.S. - Isso em 2005?

N.D. - Nessa época. Foi aí que eu me reaproximei do grupo Tortura Nunca Mais, me reaproximei dessa questão de desaparecidos e denúncias. Não que eu não estivesse militando politicamente, eu continuava militando politicamente na área político partidária de eleição e tudo mais, e participando de eventos políticos, mas voltei a ter uma atuação mais focada, de dedicar horas da sua vida a isso trabalhando nisso. Embora eu tenha trabalhado profissionalmente também. Porque já na minha vida eu estava numa fase, que eu tenho até hoje, que é gestão de projetos, então trabalho muito com isso. E isso era um projeto. Então eu me envolvi com o grupo Tortura ajudando os psicólogos a gerenciar e fazer o papel que a União Europeia exigia e a ONU de ter um gerenciamento organizado, gerar as informações, fazer relatório, comecei a trabalhar com isso junto do grupo Tortura Nunca Mais, fiquei uns dois, três anos com isso.

D.P. - Você dedicava algumas horas?

N.D. - É, ia para lá, ia às reuniões e ficava acompanhando e recebia os relatórios, consolidava aquilo e fazia interface com o contador para consolidar a contabilidade, os recursos que entravam...

D.P. - Esse trabalho era remunerado?

N.D. - Era remunerado. No princípio não, depois foi remunerado. Como havia essa rubrica, eles me remuneraram por questões de ser uma coisa profissional mesmo, de dedicação, passei ter essa vinculação durante um tempo, enquanto esses programas duraram, quando acabaram eu me afastei que já foi na virada de 2010, por aí.

D.P. - Você chegou a frequentar esse acompanhando psicológico, psiquiátrico lá do grupo, você acompanhava como paciente, não?

N.D. - Não.

D.P. - Você indicou para...

N.D. - Eu estava fazendo só a parte de gestão. Inclusive todo esse trabalho é sigiloso do ponto de vista profissional. Não tinha acesso aos depoimentos, os tratamentos, eram questões... eu somente era questão de estatística, acompanhamento quando o caso acabou, não acabou, foi até o final, para poder gerar os relatórios aos órgãos financiadores. Isso que eu fazia. Mas isso me levou a reaproximar primeiro do grupo, segundo dessas questões. E aí eu mesmo procurei, não digo tratamento, mas lidar, do ponto de vista psicológico, com a minha história, então foi a primeira vez que eu procurei conversar com psicólogos sobre o que tinha acontecido comigo, tal, eu despertei uma sensibilidade nesse sentido, que isso era interessante discutir, era interessante conversar e aí fiz algumas sessões, participei de grupos junto com o pessoal lá Cecília Coimbra, dessa situação. Isso me reaproximou da militância, foi quando começou assurgir a ideia, esse novo viés da memória, verdade, justiça que é o movimento pela reparação, foi quando começou. Nesse meio tempo, em 2006, se não me engano, saiu a lei de anistia do estado do Rio...

A.S. - Reparação, criada em 2001 a primeira turma e depois em 2006.

N.D. – Isso. O meu processo é anterior a 2006. E antes disso já tinha Comissão da Justiça Nacional, e eu na época defendia muito a ideia de não fazer reparação, principalmente econômica.

A.S. - A época da criação da comissão de anistia ou da comissão de reparação?

N.D. - Anistia Nacional. Aí eu não entrei com pedido de indenização.

D.P. - Não entrou?

N.D. - Depois entrei, mas na época eu era um opositor disso. Eu, o Tortman e outros dizíamos que nós não tínhamos que ter reparação econômica, nossa reparação tinha que ser de outra natureza, nós combatemos muito essa ideia. Até que nos entrou na cabeça, através da própria discussão, de que esse viés econômico era importante. Tá bom, então tá legal, então eu entrei com processo, na área federal e na área estadual entrei com processo e já tiveram resultados.

A.S. - Essa sua opinião inicial, quando da criação de comissão de anistia, sobre uma ideia de reparação de outra natureza, que natureza era essa?

N.D. - A natureza de reconhecimento público do que aconteceu e de pedido de desculpas, alguma coisa desse gênero, ou até de processamento deles, de enquadrá-los criminalmente e levar o processo adiante. Embora para mim a punição deles é muito mais pelo reconhecimento social do que fizeram e pela divulgação do que fizeram. Isso para mim já era uma ideia de castigo, uma ideia de punição. Não tinha ideia de processá-los, que agora está se concretizando talvez de alguma maneira. Mas eu nunca fui atrás dessa ideia, achava que era uma ilusão. Agora, a reparação econômica eu tive uma fase em que eu me opus, “acho que não entra aí”. Só fui entrar na comissão de justiça federal em 2006, já tinha vários anos.

A.S. - O que fez você mudar?

N.D. - O que me fez mudar foi conversar com o pessoal do Tortura Nunca Mais, ter voltado esse contato, me mostraram que era importante, me mostraram o caso da Argentina, o caso do Chile, teve também a Guatemala, teve outros movimentos nesse sentido, de que isso era uma coisa importante, especialmente para as pessoas que foram muito prejudicadas do ponto de vista das vidas financeiras. Eu, como você, consegui reconstruir relativamente fácil a minha

vida porque eu tinha toda uma estrutura anterior, você já vem com uma boa formação, já esteve na escola de engenharia, já sabe o que quer fazer, então você refaz, faz novo vestibular, faz alguma coisa.

D.P. - Tem a família que apoia.

N.D. - Tem a família que apoia, então é mais fácil. Agora, tem pessoas que perderam tudo, ficaram... e aí comecei a mudar de ideia. Também nunca me esforcei muito, entrei com os processos e deixei correr.

A.S. - Como foi isso do ponto de vista burocrático? Qual a sua visão com relação a esse processo na Comissão de Anistia, por exemplo?

N.D. - A Comissão Nacional. A primeira questão que eu vi era a dificuldade de você chegar lá. Não era muito fácil você entrar com o processo. Ou você ia a Brasília ou arranjava um intermediário para fazer isso, para mim foi muito assim. Eu acabei entrando através de uma organização que era esse movimento de anistia de Duque de Caxias, como é o nome?

D.P. - Porque não passou na sua cabeça contratar um advogado?

N.D. - Passou. Inclusive eu estive conversando com advogado. Os advogados todos tinham uma certa posição. Como eu não era um entusiasta, as pessoas que tinham uma expectativa que iam ter talvez indenizações muito boas, foram a advogados, fizeram acordo de 20% aquela coisa toda. Eu não tinha expectativa. Disse, eu vou entrar como militante, todo mundo está querendo entrar, acha que tenho que entrar, então eu entro. Mas não estou interessado no resultado, estou interessado no movimento. Então entrei através de uma associação de anistiados. Ficou um intermediário, eu mesmo fiz a minha inicial, entreguei a eles, protocolaram lá, deram o número, isso ficou perdido lá. Você podia acompanhar pela internet, mas não andava.

A.S. - Isso foi em 2006?

N.D. - Aquilo não andava. Passava, passava, e não andava. Ficava meses. Então você está perguntando do ponto de vista dessa facilidade. Eu não senti facilidade, embora nossos colegas estivessem lá, nossos amigos estivessem lá, nós tínhamos companheiros lá. A Eliane

tinha, até hoje tem gente junto na parte de direitos humanos. Nunca liguei para ninguém, mas fiquei acompanhando e realmente demorou muito.

D.P. - Quando você diz a Eliane tem companheiros, quem, Paulo Ranouk?

N.D. - É, Paulo Ranouk, aquele pessoal que nós tínhamos, até pessoas que você podia ligar e dizer, escuta, meu processo está parado. Eu suponho que tenha muita gente que possa ter feito isso, eu nunca fiz nenhum contato nesse sentido, deixei correr justamente para ver como era. Então eu acho que do ponto de vista burocrático, não correu como eu achei que corresse. Além disso essas entidades todas que acabaram intermediando, associações tudo mais, também eram entidades complicadas, não davam uma boa assistência, os advogados não se dedicavam, havia uma rotatividade de advogados. Então realmente não foi um processo especificamente, posso falar disso em relação às pessoas mais humildes, mais ignorantes, quem tem um pouco mais de esclarecimento como nós, a gente vai acompanhando, a gente vai denunciando, vai reclamando, mas as pessoas, famílias às vezes de pessoas que foram mortas ou de pessoas que estão inválidas, que tiveram muito problema de interagir, em minha opinião, com a Comissão Nacional de Anistia. Talvez pudessem ter colocado mecanismos que facilitasse isso e minimizasse intermediários.

A.S. - Quando saiu a sentença do seu processo?

N.D. - A sentença saiu mais recentemente, saiu agora, ela saiu em 2012 ou 2013, entrei em 2006.

D.P. - Você foi a Brasília ou eles vieram aqui, como foi? Teve alguma cerimônia?

N.D. - Eu não fui a Brasília. Eu fui uma vez a Brasília até, tentei encontrar advogada lá, ela furou o encontro, mas fui a Brasília para um outro encontro. Fui para Brasília fazer um encontro nacional de anistia do pessoal lá de direitos humanos.

D.P. - Mas como foi? Você foi anistiado como? Você soube como?

N.D. - Soube pelo Diário Oficial.

D.P. - Você não teve um ato que você foi assistir?

N.D. - Uma colega nossa, uma companheira nossa, Eli, não sei se você conhece, do grupo de 68, ela me ligou “Newton, estou vendo...”, por trabalho ela acompanha o Diário Oficial Federal, “estou vendo aqui que amanhã tem o teu julgamento em Brasília”, “é? Pois é, meus advogados me avisaram”, ela disse “você vai a Brasília?”, “não”. Então ficarei sentadinho aqui e ver o que acontece. Aí decidiram, e aí eu fiquei sabendo, aí eu entrei em contato com Brasília, e realmente eles me mandaram por e-mail a cópia do Diário Oficial, depois eu tive... como se fazia para agilizar aquilo, tal, me deram as informações e funcionou direitinho. Mas funcionou direitinho porque eu tenho uma boa agilidade, eu tenho uma boa facilidade de lidar com internet e lidar com esses meios. Uma família que não tenha...

A.S. - Mas não houve esclarecimento de um canal oficial de comunicação?

N.D. - Canal fácil, não, era reativo. Eu achei que o canal era muito reativo.

A.S. - Reativo no sentido de você demanda ele...

N.D. - Se você demanda ele responde, se você não demandar é silêncio.

D.P. - Ou seja, você não foi nem avisado?

N.D. - Eu não fui avisado. A única coisa que era proativo era o fato de ter no site e você podia entrar, te dava um histórico do seu andamento. E se você fosse lá, uma vez eu fui, te recebiam muito bem. Tinha lá os estagiários...

D.P. - Você recebeu o que reparação única?

N.D. - Foi.

A.S. - Em termos de constituição do processo você teve que anexar documentos?

N.D. - Tive que anexar documentos. Uma coisa muito complicada. Quer dizer, por acaso eu tinha já pego no Arquivo Público tudo que tinha sobre mim.

D.P. - Você tem que anexar habeas data, não é?

N.D. - É. Aí o que acontece? E também por mero acaso, no meu caso eu tinha muita documentação, não precisava de mais nada, porque ali tinha todos os documentos demonstrando que eu tinha sido preso no DOI-Codi, que eu tinha sofrido processo, tinha

documento IPM, tinha documentos do Dops, então eu passei no Dops, então a parte estadual, por exemplo, ficou facilitada porque tinha que caracterizar que eu tinha sido preso num órgão público ou por agentes do estado. Foi muito fácil para mim porque estava tudo muito documentado. As pessoas que não tinham documentação tiveram outros problemas. Agora, eu não tive muita facilidade... se eu tivesse contratado advogado, fatalmente sim, mas como não contratei advogado, entrei através da associação, eu mesmo fiz minha inicial, um histórico que eu tinha feito. Aliás usei para o federal o histórico que eu já tinha feito no estado. Entrei primeiro no estado e aí fiz um histórico. Aí foi a Ana Miranda, uma das pessoas que me influenciaram na minha decisão foi a Ana Miranda, para entrar. Ela disse, mas você não vai entrar? Eu disse, não vou, mas tem que entrar, está todo mundo entrando, tem que entrar... disse, acho que não vou entrar, acho que não tem sentido eu cobrar do governo do estado uma coisa que eu quis fazer, a minha ideia era essa, se eu quis fazer, eu corro o risco, como ter indenização por uma coisa que eu quis fazer. Mas eu não estava enxergando o viés político disso aí. E acabei fazendo, aí fiz um histórico, usei o mesmo histórico, fiz algumas atualizações para a federal e usei na área federal. Quer dizer, eu, pessoalmente, trabalhei muito em cima do meu esforço, não usei de terceiros, porque eu tinha essas facilidades de documentação disponível e porque eu tinha e tenho facilidade de redação. Não tive nenhum problema em redigir o meu documento.

D.P. - Você assistiu alguma reunião dessas?

N.D. - Estadual, sim.

D.P. - Quando a Comissão da Anistia da o... anistia justiça e reparação?

N.D. – Estadual eu assisti e um outro evento da federal vindo, fazendo a caravana eu assisti.

D.P. – Aquilo também foi um impacto, são coisas super fortes.

N.D. - Foi legal, esse movimento da Comissão Nacional de Anistia, especialmente descentralizando o trabalho, eu acho que foi uma coisa extremamente importante todo esse movimento, porque começou a mostrar para todo mundo o que estava sendo feito, começou a dar outra dimensão. Porque a gente não pode perder a perspectiva, nesse movimento, 40 anos depois, não é uma coisa de massas, não é um tema que não mobiliza as massas, é um tema de

vanguardas, de pessoas mais envolvidas, de familiares e tudo mais. Então foi muito importante porque deu mais visibilidade a todo movimento.

A.S. - Newton, em geral, nesses pedidos para além de comprovar as prisões você tem que apresentar as consequências que essas prisões geraram para sua vida. Você mencionou, por exemplo, o jubileamento na PUC...

N.D. - Aí botei documentação lá, e um episódio que eu não consegui resolver até hoje, que eu botei também porque eu achei talvez fosse... no ponto de vista federal, a anistia federal tinha um aspecto muito mais trabalhista do que a do estado. A do estado era muito mais se você foi preso por um órgão por questão política você tem direito a uma indenização. Mas na área federal estava muito mais preocupada reparar, que eu achei interessante, reparar a perda. Eu não era funcionário público, eu era estudante de engenharia da PUC, no terceiro período se não me engano, então eu não tinha nenhuma carreira, em tese...

D.P. – Não tinha vínculo trabalhista.

N.D. – Não tinha vínculo trabalhista com o estado, com qualquer coisa... eu não era empregado, era estudante. Mas eu tive um episódio que foi em início de 74. Setenta e três tive minha última prisão no DOI-Codi, em 74 abriu um concurso público de um estudo da CNEN, Comissão Nacional de Engenharia Nuclear, através do Instituto de Engenharia Nuclear, para contratação de técnicos para trabalhar na montagem do reator, acelerador de partículas ciclotron, lá na Ilha do Fundão. E eu fiz. Fiz até pensando, até conversei com as pessoas, poxa, terrorista, acabei de sair da prisão, vou fazer um concurso público para entrar na área nuclear, não vão deixar nunca. E não deixaram. Eu fiz como técnico de eletrônico, fui o primeiro colocado, fui chamado, e apresentei a minha documentação, na maior cara de pau, tal, inclusive você é cassado de direitos políticos. Aí o cara recolheu aquilo tudo, depois me chamou para uma entrevista, disse, teu material foi entregue na assessoria de segurança interna, na CNEN, você foi impedido, não pode assumir. Pediu desculpa. Chama-se Furlaneto, está lá até hoje. Fui lá conversar com ele. Pediu desculpa, disse que ele não tinha essa visão, que por ele importava que eu era um bom técnico, fui primeiro colocado no concurso, mas que ele não podia fazer nada. Bom, eu não ia reclamar em 74 sobre isso, botei a viola no saco e fui embora. Quando surgiu a anistia eu coloquei essa questão, e solicitei à comissão que fizesse as indagações junto a CNEN pedindo os arquivos e mostrando que

houve um concurso no ano tal, que fulano teve uma aprovação x e que lá foi impedido, e que devia ter fatalmente um relatório da assessoria de segurança interna negando. Tudo isso deve ter. Para meu azar, o Arquivo Nacional até pouco tempo só tinha os arquivos das assessorias de segurança interna até final de 73, então eu não achei nesses arquivos nenhum documento da CNEN. Não sei se agora já esteja disponível. Então morreu aí, a comissão não fez isso de forma adequada, eu inclusive anexei na comissão uma minuta que eu fiz, para ajudá-los a fazer a indagação. No lado de cá tem o nosso companheiro que está até hoje, que é o Jamon, que trabalha nessa área, que é o Jaime Cardoso, que é presidente da Nuclep, que é dos órgãos da Comissão Nacional de Energia Nuclear, falei com ele, ele disse, estou mandando o expediente lá pedindo informação, eu sei que você não é do Instituto de Energia Nuclear, mas se você puder dar uma monitorada no que esses caras respondem; os caras responderam exatamente como os generais responderam agora o negócio da indagação sobre o uso indevido das instalações públicas dos militares, “não temos nenhum registro de Newton Leão como funcionário do IEN, Instituto de Energia Nuclear”. Claro, nunca fui funcionário, não entrei; eu só perguntei se tinha concurso e se eu fui impedido, mas foram assim, a resposta foi essa agora para a comissão, e a comissão engoliu e foi embora. Eu também não me bati por isso, mas seria uma coisa importante, porque se eu caracterizasse que tive impedimento no concurso, aí sim sairia uma indenização boa.

A.S. - E você mencionou a sua primeira prisão nessa documentação?

N.D. - Toda história, contei minha história lá, fiz uma instrução da minha vida, fiz a instrução daquilo que me caracterizaria como sendo... me enquadraria nas hipóteses da legislação.

A.S. - E burocraticamente como foi seu processo na Comissão de Reparação do Estado do Rio?

N.D. - Do estado foi mais fácil porque era mais próximo. Nós tínhamos aqui uma comissão que estava lá a Beth que era do Tortura Nunca Mais, e eu passei a participar das reuniões da comissão, das audiências públicas e era mais fácil monitorar. E a minha documentação era muito clara, não tinha dúvidas que eu tinha sido preso no Dops, tinha sido preso por agentes, estava citado ali, não tinha dúvidas sobre esse resultado, eu só não tinha pressa. Aquilo tramitou normalmente, entrou na ordem direitinho, tinha uma ordem por entrada, prazo e tal, saí direitinho do outro lado.

A.S. - Demorou muito também?

N.D. - Também demorou, também demorou uns cinco, quatro anos. No estado o maior problema não foi nem a tramitação do reconhecimento da publicação, foi o problema de pagamento, liberação de recursos, que até hoje tem pendência de pagamento. Tem gente que já foi reconhecido, decidido, mas não saiu a verba para indenização. Quem está cuidando disso tudo é a Ana Miranda que tem monitorado isso. Eu mesmo tenho participado muito disso, inclusive da redação da nova lei para reabrir os casos, porque existem pessoas que perderam prazo, tem um projeto de lei que está tramitando. Não está tentando na Alerj ainda porque eu acho que não saiu do Executivo, mas está no Executivo, para poder haver essa revisão. Eu tenho militado nisso. A partir daí...

D.P. - Como é a sua militância a partir daí?

N.D. - Aí comecei a militar... No grupo Tortura Nunca Mais eu fiquei nesse projeto, depois quando começou esse movimento para criação da Comissão da Verdade, essa campanha, surgiu o grupo coletivo RJ Verdade Memória Justiça, um grupo de pessoas que saiu dali, a Vera, a Ana, eu, Paulo Cesar, várias pessoas envolvidas, criamos um grupo estimulado, isso é importante, estimulado pelo Ministério, pelo nosso companheiro que estava lá... o Gilney. Ele veio aqui, fez uma reunião específica, ele andou o Brasil todo estimulando a criação de núcleos de apoio ao movimento, e aqui no Rio, foi até uma reunião no Iser, bastante grande, mobilizou-se um grupo de pessoas que a gente chamou de Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, que funciona até hoje.

A.S. - Quando?

N.D. - A Comissão Nacional da Verdade foi criada em...

A.S. - Em 2011, mas começa a funcionar em 2012.

N.D. - Então foi antes da criação dela, que a gente participou do um movimento de pressão da criação e da discussão, então deve ser 2009 e 2010.

D.P. - Vocês se encontravam sempre no Iser?

N.D. - Se encontrava no Iser, que o Iser se colocou a disposição, botou um espaço lá, a gente passou a se encontrar ali, houve essas primeiras reuniões com a presença do Gilney e do pessoal do ministério, depois da gente correu o Brasil, em todo Brasil se formaram esses grupos, cada um com seu nome.

D.P. - Aqui se chamava...

N.D. - Coletivo RJ, Verdade, Memória e Justiça, que funciona até hoje. Nós nos reunimos toda segunda-feira a noite no Iser, ali na Glória. Porque o Iser nos botou um espaço lá e disse que podíamos usar.

D.P. - Quem participa?

N.D. - Eu, a Vera, A Ana, já teve mais de 30 pessoas, é um movimento que ficou, o prof. Paulo Cesar que trabalha no Museu da República, enfim.

D.P. - O Pedro Sozemberg participa?

N.D. - O Sozemberg é o coordenador. O Iser tem várias pesquisas nessa área eles fazem as pesquisas de pesquisa-ação, trabalham juntos ali, eles ajudam, fazem na secretaria algumas coisas, ajudam, enfim, existe uma interação ali que deu frutos e a gente participou de todo movimento. Primeiro, discussão do texto da lei...

A.S. - Vocês fizeram uma proposta?

N.D. - Fizemos propostas, fizemos proposta de artigos, de redação, acompanhamos o processo, comparecemos em Brasília em reuniões e em outros lugares onde se fazia reuniões nacionais para apoio, a ministra de direitos humanos participava, eu mesmo fui delegado de algumas reuniões dessas para poder discutir andamento das questões, depois se instituiu a comissão então começamos a acompanhar os andamentos, criticar resultados, criticar andamento, o Iser fez uns trabalhos interessantes de desenvolvimento de metodologia e aplicação de avaliação do andamento da Comissão Nacional, publicou isso, a gente fez publicações sobre isso, nós participamos dessas publicações, assim como com pesquisas também a gente participou de pesquisas no Brasil todo, a gente fez depoimento no Rio sobre o que nós achávamos da comissão, do andamento, foi um movimento todo registrado.

D.P. - Na realidade vocês eram estimulados pela Secretaria de Direitos Humanos para montar esses coletivos e ao mesmo tempo vocês pressionavam Brasília para que se montasse a Comissão Nacional da Verdade.

N.D. - É. Nós participamos da campanha e da pressão, da sociedade civil organizada com relação a isso.

D.P. - Isso foi na fase do Paulo Vannuchi ou...

N.D. - Fase do Paulo Vannuchi, estive com ele várias vezes, ele vinha ao Rio.

D.P. - Então o Coletivo é na fase do Paulo Vannuchi.

N.D. - O Coletivo é. Antes do Coletivo, nós estávamos na fase da reparação, nós tínhamos um movimento chamado Fórum de Reparação do Rio de Janeiro. O Fórum de Reparação foi antes, foi um movimento também da sociedade civil que surgiu se separando, saindo do Tortura Nunca Mais, porque o Tortura não acompanhou, o Tortura tinha uma visão crítica, até hoje, tanto sobre a Reparação quanto sobre a Comissão da Verdade. Sobre Reparação tinha gente inclusive na comissão, mas eles eram bastante críticos. Então o Fórum de Reparação surgiu ali dentro do Tortura Nunca Mais, especificamente para tratar da questão da reparação. Esse Fórum acabou, deixou de funcionar no Tortura, nós começamos a funcionar de forma independente.

A.S. - Quando foi isso?

N.D. - Isso foi antes do movimento da Comissão da Verdade.

D.P. - Antes desse coletivo? Isso é o pré-coletivo.

N.D. - É.

D.P. - Vocês se encontravam aonde?

N.D. - Nós nos encontrávamos na UNMA, União Nacional... a última palavra é “anistiados”, não sei se é de marinheiros, é. Fica ali na Treze de Maio.

A.S. - E qual era a ideia de reparação?

N.D. - A ideia era lutar para que a reparação fosse feita o mais rápido possível porque não tinha recursos, a lei saiu, mas não saia recursos, a mobilização foi em torno disso. Não se pagava as indenizações. O estado ia aprovando as indenizações e não havia pagamento. Então era a deliberação disso e depois se desdobrou na luta por reabertura de prazos.

D.P. - Deixa eu entender uma coisa. Esse movimento de marinheiros era o pessoal que não foi anistiado, não foi beneficiado pela lei da anistia e criaram essa entidade para conseguir...

N.D. - É. Que não é a única, tem várias entidades de ex-militares que trabalham. Essa a gente se aproximou bastante porque, primeiro...

D.P. - Era o pessoal ligado a Capitania, aquele grupo que fizeram aquela primeira ação, que fugiram da prisão?

N.D. - Tem gente daquela época, mas o Capitania eu nunca vi por lá, então não sei. Mas eles têm uma ação organizada sobre isso. Foram os primeiros que adotaram...

D.P. - E tem também os marinheiros pré-64? O pessoal da época do Jango ali ou não?

N.D. - Tem, tem. Nesse movimento, nessa associação transita muita gente prejudicada pela copa militar.

D.P. - Eles têm uma sede?

N.D. - Tem uma sede, o MNA tem uma sede na Treze de Maio.

D.P. - E aí vocês começaram a frequentar. Os marinheiros participavam também desse coletivo?

N.D. - Participavam através de suas lideranças porque também estavam lutando por essas indenizações e tudo mais. Então era um movimento que se criou para se lutar sobre esses direitos e acabou ficando muito vinculado, as pessoas se interessavam muito por causa das reparações econômicas. Se não tivesse nada econômico as pessoas se desmobilizam um pouco. Como tinha reparação econômica às pessoas se mobilizam mais, principalmente porque eram famílias pobres, pessoas mais pobres. Foi um movimento interessante primeiro porque teve vida, também teve reuniões semanais, e depois esse pessoal que estava vinculado

no Fórum foi se acoplar com outras pessoas no Coletivo RJ Memória Justiça que existe até hoje.

A.S. - Nessa época antes do Coletivo RJ vocês já discutiam para além da reparação a ideia de criação de uma comissão da verdade?

N.D. - Não. A gente estava mais focado na questão das reparações, dessa parte. Foi quando começou a surgir as ideias de Comissão da Verdade em cima do plano nacional.

D.P. - Direitos humanos

A.S. - Direitos humanos, o três.

N.D. - Tem que se admitir isso, o governo federal foi muito importante em detonar esse processo, porque nesse ponto, eu, por exemplo, fui mais reativo do que proativo, a gente sentiu o chamado, nos sensibilizamos com o chamado e fomos. Aí nos organizamos, criamos o coletivo, pegamos o fórum trouxemos para o coletivo, outros grupos se misturaram aí, hoje você tem nesse movimento muita coisa, muitas associações, até associações anarquistas, tem bastante movimentos sociais envolvidos nisso, afro-brasileira, e com a questão da luta pelos locais de memória, Dops tudo mais, e transformação disso em centros de memória. Você tem o movimento Ocupa Dops, vários movimentos que foram se desdobrando desse trabalho.

D.P. - O Paulo Vannucchi teve um papel que ninguém dizia. Ele mesmo dizia que só tinha sentido de ser ministro para tocar essa luta. Ele falava muito isso. E teve um papel realmente importantíssimo.

N.D. - Papel importantíssimo. Depois desdobrou isso, tivemos muitas críticas, as pessoas criticam de uma maneira ou de outra, foi aí que o Tortura Nunca Mais se afastou mais, porque o Tortura, eles nunca tiveram uma visão mais de apoio a esse movimento, tinham críticas muito fortes contra a ideia da Comissão da Verdade, da sua composição, da sua possibilidade de êxito.

D.P. - Que não podia julgar os torturadores, não aceitavam os limites, não é?

N.D. - É. São visões, todas elas válidas.

D.P. - Aquele pessoal do Araguaia, você participou ou você ficou focado nesse movimento aqui? Porque tinha também os familiares do Araguaia, familiares dos mortos desaparecidos, você ficou mais desses grupos de cá, você participou desse movimento também, não?

N.D. - De que, da descoberta dos corpos?

D.P. - Porque tem um grupo específico só do Araguaia, você deu alguma força para esse pessoal?

N.D. - Não.

D.P. - Tem a Comissão Nacional dos Mortos e Desaparecidos, Você deu alguma força na época...

N.D. - Só nessa época da localização do Flávio, mas nunca militei nesse movimento.

D.P. - Sei. Sua militância tem mais nesse momento...

N.D. - Foi mais a partir a Reparação que a gente se reagrupou, e antes disso...

D.P. - Só uma coisa. A Reparação, esse grupo questionado pelo Gilnei ou não?

N.D. - Não. O Gilnei só veio na época...

D.P. - Do coletivo.

N.D. - Na nossa história aqui foi na época da Luta pela Comissão da Verdade. Quando isso se tornou uma política pública, a partir do Plano Nacional, e que havia a ideia do ministério de criar realmente a comissão, o Gilnei começou aquela militância pelo país que a gente foi se mobilizando em cima dessa proposta. 44:57

D.P. - Mas o que te move a esse período anterior? Quando você se junta a esse grupo marinheiros e cria esse... Como você chegou a isso, você tinha feito a coisa do Flávio, aí depois você...

N.D. - É, sempre foi meio não muito militante nisso, mas foi uma espécie de reencontro com Ana Miranda, com esse pessoal que a gente começou a se reencontrar no grupo Tortura Nunca Mais. A Ana estava muito mobilizada com isso, a Vania também, não sei se você conhece, e me seduziram para me mobilizar também. Porque eu estava naquela, não quero

saber disso, acho que reparação não é um troço legal, aí comecei a rearticular, então a coisa foi em cascata, nos reaproximamos, teve a questão da minha militância junto do Tortura Nunca Mais, minha participação no projeto de apoio as vítimas de violência, enfim, e aí eu fui novamente colocando algum momento da minha vida na militância de movimentos sociais.

A.S. - Newton, no texto de criação da Comissão de Reparação do Rio, para além da ideia de reparação material, pecuniária, um dos princípios de criação foi a ideia de fornecer uma espécie de reparação moral. Em sua concepção o que significa essa reparação moral, possível, via comissão de reparação?

N.D. - Eu enxergo como sendo alguma coisa vinda do estado, o estado nos reprimiu, agora o estado reconhece ou declara que havia alguma razão no que a gente fazia e pede desculpas, alguma coisa desse tipo. Isso não foi muito concretizado. Apesar do estado, no meu caso, sei que isso não foi para todo mundo, mas ter me dado documentos pedindo desculpas, está escrito e assinado, secretário da pasta.

A.S. - Isso no federal?

N.D. - No estadual. Achei até legal.

A.S. - Há esse documento com pedido de desculpas?

N.D. - Eu tenho, mas outros não têm. Não foi feito de forma homogenia. Inclusive fazendo esse termo de reparação no Palácio da Guanabara. Eu participei de uma ou duas audiências dessas onde o governador Cabral, na época, pessoalmente fez suas desculpas. Achei isso interessante.

D.P. - A sua própria você não foi?

N.D. - A minha, não.

D.P. - Não teve uma audiência sua?

N.D. - Não teve audiência, mas teve um documento.

A.S. - Você recebeu um documento.

D.P. - Assinado por quem? Presidente da comissão deve ser.

N.D. - Pelo presidente da comissão e pelo secretário de pasta deles. Na área federal eu tenho a publicação do Diário Oficial reconhecendo, dando lá um valor lá de indenização, e não tem muito mais coisa. Reconhecendo como anistiado e não tem muito mais coisa, não. Claro, teve algumas cerimônias nacionais de reconhecimento, mas não houve nada pessoal ou muita coisa. Mas eu acho importante, para mim isso é o mais importante. O mais importante, por exemplo, seria tratar esse tema como sendo um tema de interesse nacional. Eu acho que isso não se conseguiu ainda, embora haja interesse, ainda é segmentado, uma coisa muito fechada. A sociedade brasileira não acordou para isso, nem para a importância disso em relação ao que acontece hoje com relação à violência do estado. Eu trabalho na área pública muito tempo e um episódio interessante quando eu trabalhei... comecei em 83, estava trabalhando junto com o Fayal na Assembleia Legislativa, foi criada uma comissão de CPI sobre violência nas delegacias, e o Fayal era um dos deputados que estava envolvido, e a gente fez inspeções nas delegacias. Com o *know how* que eu tinha de delegacias, eu fiz a inspeção e descobri a máquina de choque e descobri o pau de arara, uma delegacia em [inaudível]. Chegou um monte de deputado, aquele negócio, o delegado ficou conversando com todo mundo, eu era assessor, fiquei zanzando pelas dependências, achei lá os arquivos de quatro gavetas, já fui em cima deles, e vi a moça onde ficava apoiada a barra, comecei a procurar uma barra de ferro, achei a barra no canto, escondida atrás do armário, peguei, encaixei lá, aí saí abrindo as portas encontrei a máquina de choque dentro da geladeira. Esconderam a máquina de choque dentro da geladeira. Peguei e botei lá e chamei todo mundo, a imprensa foi. Então eu já venho há muito tempo, tenho um conhecimento muito grande. Até porque quando eu fui preso pela ALN, e fui para a delegacia de furto de automóvel, eu fui imediatamente colocado junto dos presos de ladrão de automóvel, todos bastante arrebatados. Então o primeiro contato que eu tive com a realidade brasileira de que pobre quando era preso entrava mesmo na pancadaria. Que é igualzinho hoje, não tenho dúvida que é a mesma coisa. Até hoje, o primeiro pensamento, qual a ideia que você tem quando você lê no jornal a ideia de que, foi preso o fulano, depois de assaltar o banco, foi preso, a primeira coisa que vem a cabeça, não é saber se ele é bandido, se ele é mocinho, o que ele é, deve estar apanhando um bocado nessa hora. Porque essa é a realidade que eu vi porque eu fiquei em delegacia. Depois fiquei preso vários meses, quatro cinco meses na delegacia vigilância norte, onde junto funcionava a 31^a

delegacia de polícia, então tinha investigação. A gente via durante a madrugada as pessoas serem presas, entrarem na pancadaria, depois trancadas nas celas. Então é uma realidade da nossa polícia que não mudou até hoje. Nesse movimento de Memória, Verdade, Justiça é muito importante para você criar uma consciência nacional de que, olha, temos um problema, a tortura continua sendo uma das estratégias básicas da investigação policial. Então não é uma questão de hoje você estar avançando nessa questão da luta contra a tortura e tudo mais, e estar se colocando na legislação dizendo... está se criando grupo, mecanismo contra a tortura, que vai olhar tortura nos locais de detenção. O assunto é tão sensível que tem que se usar alguns subterfúgios para poder fazer um texto legal. Ninguém fala na tortura como instrumento de investigação ou de tomada de depoimento ou de informação; todo mundo fala na tortura nos locais de detenção, aí fica pensando, então vamos ficar investigando e controlando as torturas nos presídios. Mas e a tortura nas delegacias? E quando as torturas são fora da delegacia? Porque esse modelo que o exército usou de usar a casa da morte e tudo mais, não é uma novidade da ditadura, ela já existia no tempo... Eu convivi lá na delegacia de vigilância norte com o esquadrão da morte. Naquela época, 69,70, ainda funcionava o esquadrão da morte. O Coelhão que era o grande líder era vivo, então, de madrugada eu ouvia... começava aquele silêncio, você via o pessoal da esquadrão da morte entrar no presídio, correr - porque a cela parecia um jardim zoológico, a cela era ao redor de uma passarela - pela passarela, apontar, vinha o carcereiro abria, tirava um rapaz de madrugada e ele era jogado num... era aquele que era escolhido para morrer e saía para morrer. Então isso era uma realidade e hoje não está diferente, a gente tem muita coisa disso aí. É um negócio complicado. Então é importante, o mais importante de todo esse movimento era conseguir acordar a sociedade hoje de que tem que ter algum tratamento para isso, porque não é possível que no sec. XXI continue com esse tipo de situação.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

A.S. - Newton, o projeto, a proposta que vocês pensaram para a criação da Comissão Nacional da Verdade, ela foi mantida no texto da lei ou o texto da lei é uma proposta diferente daquela que vocês haviam pensado antes da criação da comissão?

N.D. – A nossa mobilização aqui no Coletivo RJ ela foi muito rica nesse sentido de discutir o texto da lei, tanto a lei federal como a estadual. As pessoas sempre pensaram que poderiam influenciar muito mais do que realmente podem, mas também se alguém não tomar a decisão de dizer “chega de contribuições, agora vamos fechar”, também nada vai para frente. Mas a gente foi muito crítico, o grupo foi muito crítico sempre. Pegava-se o texto base e a gente tinha muitas propostas, mandava proposta, vinham resultado, alguns concordavam outros não concordavam, alguns se retiravam do movimento por não concordarem, havia um certo radicalismo num certo momento, mas o texto que foi aprovado, o texto nações, não era o texto nações, seguramente a gente tinha algumas críticas sobre isso, e muitas delas estão registradas nas atas e nos documentos intermediários, a gente gerou para poder participar dessa discussão. Então seguramente o texto tanto federal como o estadual é o texto que foi possível, o texto que foi negociado, mas seguramente os movimentos sociais em sua maioria tinham críticas. Especialmente aqueles que estavam organizados conosco ali.

A.S. - O texto da lei de anistia de 1979, o texto da lei nº 9.140 de 1975, quando o Estado brasileiro reconhece sua responsabilidade pela morte do desaparecimento de pessoas envolvidas com atividades políticas, e também o texto da lei de criação da Comissão Nacional da Verdade traz como um dos seus princípios a ideia de promoção da reconciliação nacional. Vocês discutiam, continuam discutindo essa questão?

N.D. - Eu vejo as pessoas discutirem muito a questão do conceito de reconciliação. Que conceito seria esse, reconciliar o que com que? Hoje se fala muito em reconciliação da ideia das Forças Armadas, por exemplo, com a sociedade. Isso eu acho um troço interessante discutir. Não existe nenhuma sociedade organizada que não tenha Forças Armadas, nem que não tenha sistema de segurança pública. Essa é uma discussão muito rica até porque me interessa muito, até por ser um estudioso da área de administração pública, a gente tem esse interesse até acadêmico. Isso eu acho, você não pode ter uma interpretação do que é reconciliar e reconhecer, reconciliar as instituições. Agora, eu não consigo entender como você vai reconciliar torturados com torturados, não há como se reconciliar. Há que se reconhecer o que aconteceu e se for o caso de penalizá-los fazer isso, se não for o caso, mas que fiquem reconhecidos; mas no sentido de reconciliar, no sentido de reconhecer a verdade, reconhecer o que aconteceu, de tentar que isso não se repita de novo essa situação. Mas para mim a reconciliação só teria sentido numa visão institucional. E eu acho que a gente precisa

se reconciliar com as Forças Armadas e com as políticas de segurança, com os órgãos públicos. Existe possibilidade de ter uma polícia que não agrida ou que não desrespeite direitos humanos? Essa é uma boa questão de discussão. Eu propus essa questão de discussão em dezembro de 2012 quando começou a discussão do uso do prédio do Dops e outros centros de memória, Casa da Morte. Então quando a gente começou a trabalhar em querer usar o prédio do antigo Dops como centro de memória, o que fazer lá dentro? E a polícia tinha um projeto que tem até hoje, de transformar aquilo num museu da polícia ou um tal palácio da polícia. Esse é um conflito que existe até hoje. Uma vez escrevi um texto, por internet, discutindo isso, porque a gente foi fazer uma visita lá, saiu uma matéria no *Globo*, em dezembro de 2012, de primeira página. Minha foto na primeira página, e lá dentro uma matéria grande. Estava eu, a Ana e um colega que fomos fazer uma visita junto com o *Globo*.

D.P. – [inaudível]

N.D. - Não, foi o Paulo Gomes, da ALN, ligado a também ao Ronaldo, o Paulo Gomes também que foi da FUEG, fomos nós três. A *Globo* fez uma matéria filmada, e saiu uma matéria no jornal também. A matéria foi colocada no site. A gente foi nas celas...

D.P. - Qual a essência da matéria?

N.D. - Vou lá com a *Globo*, entro nas celas, mostro o que funcionava em cada cela, essa coisa toda, a opinião nossa sobre o que deve usar o prédio, uma matéria perfeita. A matéria do jornal também ficou muito boa, eu tenho guardada até, muito boa. Foi uma oportunidade muito boa da gente conseguir lutar pelo prédio que a gente perdeu. A gente já perdeu mais de uma oportunidade boa de ter conseguido esse prédio. Mas agora estamos caminhando de novo. Mas foi muito interessante porque nesse momento havia já essa ideia. Eu conversando com a polícia, eu vi que na polícia o pessoal que luta por essa questão do museu tudo mais, não são trogloditas, são policiais mais velhos que tem uma visão de memória também. E eles defendem a ideia de que a polícia tem direito a memória, é uma instituição secular. Eu concordo, quer dizer, nós não somos obscurantistas, nós lutamos pela cultura, então evidentemente nós temos que respeitar, só que eu acho que não é lá. A nossa divergência, isso a gente colocou na mesa com eles, nossa divergência é que esse prédio tem uma outra dimensão, um outro significado muito maior em outro sentido, no sentido da defesa dos direitos humanos, o que aconteceu aqui, da luta contra a arbitrariedade. Então o museu da

polícia, eu posso até ajudar a fazer, mas num outro prédio, num outro lugar, numa academia de polícia, sei lá. Então essa que é a questão. Mas nessa etapa, quando eu senti que havia essa ideia, eu cheguei a esboçar a ideia de, olha, de repente a gente pode conciliar, a gente faz um centro de memória, centro cultural de defesa dos direitos humanos e cidadania, por exemplo, e lá dentro tem todas as atividades de memórias específicas, tem as atividades museológicas e tem o museu da polícia num certo canto. E aí com uma boa ideia, a ideia de ter esse primeiro diálogo. E a gente poder inaugurar esse espaço com um grande debate sobre cidadania e direitos humanos e segurança pública. Seria um momento da gente... um grande seminário, policiais, sociólogos, historiadores, tudo mais, sentados lá num seminário, inaugurando um prédio e discutindo se é possível se ter uma polícia que respeite direitos humanos, se é possível ter uma política de segurança pública que respeite direitos humanos. Eu achava legal essa ideia. Cara, quase me mataram. Eu escrevi isso, durante um ano eu fiquei sendo conhecido como aquele que concorda que o museu da polícia fique dentro do Dops. Eu digo, eu não concordo, eu escrevi que se não for possível tirá-los de lá, a gente deve ter um plano b. O plano b é a gente aceitá-los lá, pelo menos em algum momento, mas com uma conotação dessa natureza, vamos virar a nosso favor a ideia de tê-los lá dentro. E não tê-los lá dentro como inimigo. A gente chega de manhã no prédio, vira as costas para não dizer bom dia, e entra na nossa área e eles entram na deles. Agora recentemente teve uma audiência pública na Alerj sobre a questão do Dops, e foi lá um rapaz, um delegado, defender a ideia deles, que defendeu também com todo respeito, ele disse, esse prédio tem uma dimensão muito maior do que aquele período da ditadura, tal, omitiu que o prédio sempre foi um prédio de repressão de movimentos sociais, então a argumentação dele era frágil. E se mostrou frágil ali diante das argumentações. Mas a polícia até agora não teve uma atitude mais forte com relação a isso. Eu acho que se o movimento social pressionar direitinho, eles acabam descobrindo que aquele prédio não tem nenhuma importância estratégica para eles. A polícia hoje quer prédio moderno, cheio de computador e não um prédio velho, histórico.

A.S. - Newton, você falou que vocês tiveram mais de uma oportunidade de lutar por esse espaço. Você podia pontuar isso aí?

N.D. - Se vocês jurarem que não vão falar para ninguém... Porque vê só. Eu tenho tido um papel bastante forte nesse negócio porque como eu estive muito tempo nesses lugares, eu sou um dos depositários hoje de memórias fortes, tanto do Dops quanto do prédio da Polícia do

Exército, então, por exemplo, essa ação que se fez administrativa para responsabilização do uso dos espaços, as plantas do Rio são minhas, meu depoimento esta lá, eu sou um dos depoimentos citados que foi levado a Força Armada para dizer que ali teve tortura. Então eu tenho tido um papel de protagonista um pouco mais forte nesse negócio. O que aconteceu na minha visão? Primeiro teve esse episódio; a *Globo* furou, o projeto da polícia era secreto, ninguém sabia como era. A Petrobrás foi construir aquele empreendimento enorme do lado, quando ela fez aquilo abalou as fundações de vários prédios em volta, inclusive o Dops, o Dops rachou, o prédio teve uma rachadura porque acomodou a fundação. Entrou o Nepac, Ministério Público, tiveram que assinar um termo de ajuste de conduta, então eles se comprometeram em consertar. Consertaram a igreja e estão consertando o prédio do Dops. Estão consertando a parte estrutural, as fachadas externas e a cobertura. Não há nenhuma obra interna porque não se decidiu o que vai ter lá dentro então não há nenhuma restauração, nenhuma adaptação. Era esse o momento ali estava começando aquela obra. E a *Globo* foi e entrou e fez um furo de reportagem ali, ela chegou e entrevistou e mostrou, botou nos jornais que a polícia tinha um projeto de museu da polícia e que ia fazer também lá um shopping, com o museu da polícia num cantinho, lá dentro ia ter restaurante para atender esse novo público desse prédio que são dez mil pessoas, são dez mil funcionários ali, mais os visitantes. Então é um público de classe média alta que vai provocar o que hoje se chama de gentrificação, a gentrificação daquele entorno. Aquele era um bairro até certo ponto decadente, pobre, agora vai se transformar num negócio diferente porque está se colocando ali alguns monstros ali de nova demanda de classe média, classe média alta. Então tem que ter lugar para comer, fica só o Andadio ali mais perto, ainda tem alguns restaurantes razoáveis. A polícia viu logo isso como uma oportunidade de dar sustentabilidade ao projeto deles. Foi aí que eu entrei com meu documento, foi feito para a entrevista, aquilo saiu no jornal, eu disse, é a oportunidade, fiz essa reflexão justamente para mostrar que a oportunidade era aquela, e como a sustentabilidade é uma coisa importante, a gente tinha que ver todas as opções. Essa foi uma oportunidade. A outra oportunidade, me lembrar aqui de cabeça, foi quando se criou a Comissão Estadual da Verdade, quando foi criada ela tomou posse num prédio da OAB, não sei se alguém daqui esteve lá, houve um discurso do Sergio Cabral, um dia ele se prontificou a transformar o prédio em centro de memória, e aí na provocação que foi feita pelo Wadir e pelo presidente da OAB, ele emendou dizendo, peço que a comissão me apresente um projeto, uma proposta sobre isso e que crie um grupo de

trabalho para isso. Aí nós criamos o grupo de trabalho, do qual eu faço parte, que é o grupo GT Dops, Grupo de Trabalho Dops que é ligado, que funciona junto da Comissão Estadual da Verdade, cuja tarefa, praticamente a única tarefa, é criar uma proposta. E a gente levou muito tempo, houve muita discussão, tinha eu de engenheiro, tinha mais um rapaz que é arquiteto que é Felipe Nin, que tem feito um trabalho excelente sobre... é arquiteto ele, e aí a gente veio trabalhando nesse projeto que mais de um ano depois a gente não conseguia consolidar uma proposta, porque as outras pessoas eram da área de ciências humanas, não tinha uma visão tão objetiva de projeto como os engenheiros têm. Os engenheiros são pragmáticos nesse problema, a gente sabe o que é um projeto, é uma coisa que define alguma coisa, tem um objetivo e a gente vai, e aí perdeu-se muito tempo, então nós perdemos a segunda oportunidade. E a terceira que a gente quase perdeu foi essa agora, de novamente vir à baila isso, e audiência pública e tudo mais, e com isso o que aconteceu? Chegamos nas eleições.

A.S. - Essa audiência mais recente?

N.D. - É. E a gente não conseguiu avançar muito, eu pressionei muito, acabou que a gente conseguiu sintetizar um movimento razoável, mas não conseguimos fazer o projeto. O projeto que eu digo é pelo menos uma concepção conceitual do que a gente quer fazer lá, então a gente conseguiu escrever em linhas gerais e eu passei a insistir que nós precisávamos de um documento de divulgação, um documento pequeno. O pessoal tem mania, na área de vocês, em geral, o pessoal tem mania de documentos grandes. Então você faz um documento de 15, 20 páginas e ninguém lê, muito menos o governador, muito menos o secretário, ninguém lê. Então eu disse, nosso desafio é escrever em três páginas o que fazer com o Dops. Hoje existe um documento de três páginas dizendo o que a gente quer fazer naquele prédio. Mas não tem um projeto ainda em nível conceitual bastante elaborado a ponto de você poder discutir, por exemplo, sustentabilidade ou ter uma ideia de custo. Embora eu tenha feito alguns trabalhos, eu tenho uma proposta de orçamento para aquilo. Então foi a terceira oportunidade que a gente perdeu, de chegar na audiência pública com uma proposta mais concreta. E aí atropelamos o ano eleitoral, não acontece mais nada nesse ano. Nós tivemos uma reunião com a secretária de cultura, e ela mesma sugeriu “vocês podiam ter como meta esse ano conseguir um decreto do governador afetando o prédio a área de cultura ou qualquer coisa assim, tirando da polícia”. Mas não tenho muita esperança que isso possa acontecer. Até porque a pressão está ficando fragilizada.

D.P. - Aquela proposta de virar arquivo público, Jean Cezanne?

N.D. - 2002, foi no tempo do Garotinho.

D.P. - Pois é, aquilo também morreu?

N.D. - Aquilo morreu porque a Jean Cezanne propôs, e o Garotinho passou para ela o prédio, entregou para o Arquivo Público, ela ficou lá, o Arquivo Público até chegou a funcionar lá dentro um tempo, um elefante branco, um prédio caindo aos pedaços, não tem energia elétrica, não tem instalações sanitárias direito, não tem nada e não tem recursos. Então não se deu uma solução institucional realmente. E acabou revertendo. A Benedita quando entrou reverteu e devolveu a polícia porque a polícia disse que tinha como solucionar, a Jesse saiu e houve um recuo nisso aí. Mas a Jesse fez um projeto, esse projeto da Jesse é uma referência que a gente tem.

D.P. - Então tem ainda uma certa disputa em ser um arquivo...?

N.D. - O arquivo já está fora, [inaudível] tem uma solução própria, já tem um projeto e uma solução para eles, melhor que o prédio velho. Ninguém quer prédio velho.

D.P. – Mas o Arquivo não quer ficar lá, então?

N.D. - Não quer mais. Quem quer velho histórico tombado? Ninguém. Você quer um prédio que você possa... Até a Fundação Getúlio Vargas construiu um prédio novo aqui, porque você pode fazer como você quiser e todo modernizado, já projetado para ser confortável e ter todas as atividades e estrutura.

A.S. - Esse projeto de três páginas já foi apresentado oficialmente?

N.D. - Está na Comissão da Verdade. Atualmente é o documento mais oficial que a gente tem. Tem uma descrição de antecedentes do prédio, uma proposta e lá no final uma justificativa. Até a ordem fui eu que dei. Eu disse, vamos mudar, porque o pessoal faz muita justificativa.

D.P. - Apresentada a Comissão da Verdade, mas apresentada também para o governo do estado?

N.D. – Para o governo do estado, está com a secretária, com o Casemiro, foi protocolada.

D.P. - E a coisa da Barão de Mesquita, do DOI-Codi?

N.D. - O prédio do quartel é tombado, o prédio do DOI-Codi lá no fundo é um pardieirozinho, um puxadinho. Aquilo não tem muita definição. Ele está todo descaracterizado. Hoje ele tem um dormitórios, continua funcionando a Polícia do Exército lá, a Polícia do Exército é o órgão responsável pela investigação criminal dentro do exército. Sempre foi assim. E quando eu fui preso para lá ainda era essencialmente isso. Eu fiquei preso com sargentos, com soldados.

D.P. - Você defende que aquilo seja um museu também. Porque tem essa proposta do DOI-Codi.

N.D. - Tem. Amanhã vai ser inaugurado inclusive o busto do Rubens Paiva que é uma provocação fantástica. Vou estar lá amanhã de qualquer maneira.

D.P. - Vai ser inaugurado lá dentro?

N.D. - Não, na praça em frente, um busto do Rubem Paiva na praça em frente.

D.P. - Conseguiu como isso?

N.D. - O sindicato de engenheiros junto à prefeitura. Eu imagino que tenha sido o Muniz que tem interferência na prefeitura, deve ter convencido alguém lá. Quer dizer, não é nem uma iniciativa da sociedade civil, é órgão de governo metido que é o da prefeitura estado do município.

D.P. - Mas qual é a proposta? Porque o pessoal vai lá, visita... Quando você foi lá, a ideia é de que aquilo vire o que? Qual a proposta de vocês?

N.D. - Proposta de denúncia.

D.P. - Só para denunciar? Não é para transformar aquilo num museu, memória?

N.D. - O que eu vivenciei foi a denúncia, e como eu disse a vocês, eu fiz todos os desenhos...

D.P. - Porque tem a proposta pode virar um museu de memória?

N.D. - Eu acho que até pode, mas não tem que acabar com o quartel. Acho até uma boa proposta, aquele terreno ali. Não existe mais sentido um quartel de polícia militar, dentro da

Tijuca, naquela área. Também não teria sentido entregar aquilo para especulação imobiliária. Eu acho que poderia ser um grande centro cultural, mas o prédio histórico está tombado.

D.P. - Mas você não acompanha a discussão? Porque teve projeto, mas tem um projeto.

N.D. - Não, não tenho visto essa discussão onde ela está. A do Dops eu conheço bem, a Casa da Morte de Petrópolis também a gente tem uma vivência maior.

D.P. - Eu sei que tem, conheço até uma menina que fez uma tese sobre a Casa do Terror, ela apresenta no final uma proposta.

N.D. - Não conheço. Eu acho legal você pegar aquilo e transformar num centro de cultura, um lugar que a população possa usar. Até porque, o prédio principal que é em U está tombado. Agora, aquele prediozinho lá onde funcionou a tortura, ali sim, restaura ele, isso é uma discussão, procura trazê-lo para o que era para mostrar como era; tem muita gente é contra, mas tudo bem, você pode fazer isso, e tem outros defendem que não, a gente pega aquilo e transforma num lugar que as crianças possam olhar. Enfim, não sou um especialista em memória, nem museologia, nada disso. Mas eu respeito várias opiniões.

D.P. - Como foi você entrar no DOI-Codi? Você ficou psicologicamente...

N.D. - Eu não entrei lá agora, agora não fui. No Dops, sim.

D.P. - No DOI-Codi você não quis?

N.D. - No DOI-Codi a gente foi barrado na porta, na primeira vez, e na segunda não fui, na terceira fui convidado, aí já me convidaram para fazer conferências onde eram os lugares, fui convidado junto com os peritos da Comissão Nacional, me chamaram porque eles estão com meus desenhos, para ir lá com eles fazer perícia.

D.P. - Quer dizer, você nunca entrou lá dentro depois?

N.D. - Depois não entrei. Quem entrou foi o Álvaro Caldas. Mas eu estive na Ilha Grande na época que existia o presídio ainda, eu estive no Dops, a gente sente uma certa questão assim, mas na Polícia do Exército, como ela está hoje, eu vi as foto todas que vieram, acho que não sentiria grande coisa. Eu senti muito mais quando eu escrevi. Quando começamos com esse movimento, a primeira coisa que a gente sente, quando você sofre isso e passa anos falando

sobre isso e conversando, mas nunca parando para escrever, foi quando eu fiz meu inicial para apresentar na comissão estadual, depois na federal. Escrever aquilo racional, começo, meio e fim, é uma experiência muito complicada, é bem complicada. Hoje eu já acho diferente. Eu tenho escrito coisas. Há pouco tempo eu comecei a escrever reminiscências. Então tenho escrito textos, pequenos contos, e tenho me sentido bem com isso. Aí me lembro de coisas maluquíssimas que aconteceram, coisas engraçadas e coisas trágicas, mas é legal. Mas em vivenciar, olhar as coisas... até porque nesse tempo todo que eu trabalhei na administração, eu trabalhei no Instituto Medico Legal, fiz essas investigações de violência na polícia, no primeiro governo Brizola, depois trabalhei na Secretaria de Planejamento com liberação de recursos para área de segurança, para área de bombeiro, então andei visitando muito esses lugares.

D.P. - Você acha que é necessário uma revisão da lei da anistia ou a força do movimento pode levar, digamos, os torturadores a serem julgados, mesmo com essa lei da anistia que está aí? Como você vê isso?

N.D. - Eu acho que essa lei necessariamente não precisa ser mexida. Por quê? Eu tenho uma interpretação muito doída. Acho que se o Supremo mudar a interpretação se resolve 70% do caso. Não sei, eu não sou um grande entusiasta de muita lei, sou entusiasta de você ter uma jurisprudência forte, porque muito texto escrito, muita lei, muita regra, aí você muda, bota mais um parágrafo, bota mais não sei que, tira não sei que, isso não garante que vai ser aplicado, importante é o que você interprete.

D.P. - E você acha que esse passo a Comissão Nacional da Verdade deveria dar? Como você vê a coisa do julgamento dos torturadores? Qual seria o passo necessário para que esses caras sejam julgados? O que está aí basta ou teria que ter mais um...?

N.D. - Para mim, se o Superior Tribunal, isso vai cair lá, não tem jeito, federal reconhecer que eles não são imputáveis, eu acho que a consequência imediata é eles serem processados. Eu só não acho muito importante ser condenado, ir para a cadeia, ser bom ir para a cadeia com 80, 90 anos, isso eu não acho que é importante. Importante seria talvez serem condenados. Ou, como já disse aqui, de repente nem precisa ser condenado, basta que sejam apontados e publicamente seja claro para todo mundo o que eles fizeram. Porque a maioria morreu já. Eu tive uma oportunidade de conviver com um cara, acho que ninguém gostaria de

ter convivido, foi secretário de Segurança aqui, um dos generais que estão sendo processados aí, foi secretário de Segurança do Marcelo Allencar, por incrível que pareça, é o Cerqueira. Que foi o cara que matou o Lamarca. Ele foi secretário de Segurança. Na época eu era chefe de gabinete da secretaria de transporte. E haviam eventos, o secretário estava envolvido, eu também, eu tinha que participar desses eventos, jantar. Uma vez sentei a mesa com ele. Meu secretário ficou protocolarmente na mesa com o Cerqueira, ele com a esposa e eu, o secretário, a esposa do secretário, eu aqui, como estou com vocês conversando, tendo que respeitá-lo, com a vontade de pular no pescoço dele.

D.P. - Teve algum... Ele nem sabe quem você era, você...

N.D. - Ele não sabia quem eu era, mas meu secretário sabia. O secretário era amigo meu há tempos, ele sabia. Quando ele recebeu o protocolo, ele me falou, você vai estar sentado comigo e com o Milton Cerqueira. Eu pedi a ele para não ir, “eu gostaria de não ir”, “não, você é meu chefe de gabinete, tem que estar comigo”, tal. Botei lá terno, gravata, aquele negócio todo e lá fui eu sentar com o Nilton Cerqueira jantar num restaurante chique na Barra da Tijuca. E outro foi o coronel Ralph, que era do Corpo de Bombeiros que foi identificado pelo Rafael como torturador, ele era secretário de defesa civil do Brizola.

D.P. - Você encontrou com ele?

N.D. - Estive várias vezes com ele porque estava na Secretaria de Planejamento fazendo liberação de recursos para reformas e investimentos na área de bombeiros, ele era o proprietário, corri o estado, junto com ele, no carro oficial dele, para poder fazer levantamento.

D.P. - Ele sabia quem você era?

N.D. - Não, não sabe. Eu pessoalmente... A Tânia Fayal que foi torturada por ele. Ele acabou sendo afastado depois.

A.S. - Ele foi afastado por denúncias?

N.D. - Por denúncia. A Tânia mesmo denunciou ele. E a Vânia também andou denunciando um.

D.P. - A gente denunciou o Paul Baji, o fiscal que era do Banerj.

N.D. - Esse pessoal conseguiu se esconder, pelo menos o Ralph não era um cara de proa, uma figura... então esses caras podem se esconder. Enfim, são experiências que a gente tem na vida.

D.P. - O que você acha dos escrachos?

N.D. - Eu adoro. Os escrachos são ótimos. Eu não tenho muita paciência para fazer, não sei se é porque estou ficando velho, mas eu já fui a um ou dois, fui ver de longe assim, mas eu acho genial. Agora, estamos com um momento muito difícil aqui no país que foi essa criminalização dos movimentos de rua. Essa foi uma vitória fantástica conservadora. Nós tivemos um momento em que a juventude foi a rua, eles provocaram fizeram tudo e reverteram esse quadro, hoje ninguém vai para a rua, as pessoas estão com medo de ir para a rua. Nesse ponto, eu acho que esses movimentos mais radicais, black bloc essa coisa toda, acabaram colaborando com a polícia.

A.S. - Newton, só mais uma pergunta. Qual a sua visão geral da atuação da Comissão Nacional da Verdade?

N.D. - Eu sou muito otimista nesse ponto. Discordo muito até de colegas e pessoas mais chegadas. Talvez pela minha vivência na administração pública eu sei o limite das coisas. A gente vive num regime democrático que existem várias tendências e várias opiniões e tem que conviver com isso. Não é a comissão que a gente queria, mas acho que é um avanço enorme. E eu tenho certeza que o relatório que eles vão apresentar vai ser um relatório bastante razoável, não vai ser o ótimo.

A.S. - Avanço em que sentido?

N.D. - Avanço no sentido que não se tinha esse tipo de coisa. Hoje você tem uma comissão que não é a melhor que tem, não vai dar a interpretação ou contar a história que queríamos que contasse total, mas vai contar uma história importante, e que talvez seja o primeiro passo. Não acredito que seja a última coisa que vai se fazer em termos de memória e verdade. Não ficou branco, por exemplo, que eles denunciem, o pessoal está cobrando que eles denunciem e que eles exijam que sejam processados, que eles encaminhem aquilo tudo para o Ministério

Público. Há pouco tempo teve uma reunião que eu levantei a questão, eu disse, olha, vocês estão esquecendo de reler a lei, a lei diz que eles não entregaram todo acervo para o Arquivo Nacional. Eles vão entregar no Arquivo Nacional. Não adianta ficar perguntando para um membro da comissão, como fazem, se eles vão processar, se eles vão fazer. Tem uma lei. A administração pública se rege pelo princípio da legalidade, eles vão se reger por aí. Quando acabar a comissão, eles vão dizer o que pensam, mas enquanto não acabar eles vão dizer o que podem, assim como a comissão estadual. O pessoal esquece, o pessoal não tem essa vivência, não tem essa consciência, que quando você assume uma posição pública, você tem que tomar cuidado com o que você fala, porque você não está falando mais por você, você está falando pela sua posição, pela instituição. Então você tem que ter... se você é um colegiado, você tem que saber o que o colegiado pensa e você vai divulgar e falar o que o colegiado pensa e não a sua opinião pessoal. Eu sou otimista nesse sentido, acho que lá tem suas limitações, mas acho que vai dar um bom resultado, assim como o estadual vai dar bom resultado, no sentido de avançar na consolidação do que foi feito, do que aconteceu e na vinculação do que aconteceu. Eu sou um otimista nesse ponto.

P.C. - Só mais uma pergunta. O coletivo utiliza um espaço no Iser e o Iser está puxando cartografias da época da ditadura, enfim, também tem um manifesto na OAB que acho que é do grupo de trabalho, provavelmente do Dops, em que manifestam que querem que torne esses lugares, a Casa da Morte, em lugares de memória. Isso é um desdobramento do trabalho de vocês fizeram no Coletivo ou foram iniciativas isoladas?

N.D. - Eu acho que tem uma mescla nisso aí. O Coletivo tem hoje uma importância grande no sentido de ter movimentado essas ideias. Mas a Comissão da Verdade está mobilizando outros grupos, por exemplo, o grupo de trabalho do Dops, que aí tem gente que não é do Coletivo, e agora o movimento Ocupa Dops, que é um movimento na verdade, o braço de divulgação ou de agitação e propaganda da campanha pelo Dops, trouxe mais área de movimento social, inclusive a Cecília Coimbra, a Cecília Boal e grupos de teatro, de dança, então essas coisas estão enriquecendo. Então está aparecendo muita coisa nova. Mas acho que o Coletivo não está sozinho nesse negócio. E o Iser tem um papel importante, mas também tem um papel limitante. Ele é importante porque institucionalmente nos acolheu, até porque o Strazemberg, que aliás é filho do Alberto, que é meu colega na área de transporte, acabou de fazer uma pesquisa grande para nós aí, na área de transporte, ele acolhe porque ele

tem uma visão disso. Agora, ele é limitante no momento que é uma instituição de ensino, de pesquisa, e também tem o seu foco, e às vezes também instrumentaliza um pouco. Perdemos alguns companheiros lá no Coletivo, por exemplo, o pessoal da Rede Democrática, que tem lá o jornalzinho, o Clemente, esse pessoal se afastou, outros se afastaram pelo fato do Iser estar acolhendo, porque acharam que o Iser... [inaudível] Coimbra, é uma crítica do Iser, pelo fato de ser uma instituição, estuda religião, mas na verdade são mais amplos que isso, mas que poderia tentar aparelhar. Acho que o Iser está fazendo um trabalho interessante porque não está aparelhando. A não ser no sentido de que ele usa as pesquisas dele no nosso trabalho. Os nossos trabalhos estão sendo consolidados nas pesquisas, como sendo uma pesquisa-ação, pesquisa que eles se envolvem juntos, que vão junto depois abandonam, e as pessoas vão mudando, os estudantes alunos ficam um ano conosco, se afastam, entram outros, agora entrou outra leva, outros foram fazer doutorado. Eu acho que isso é legal. Ajuda e pode atrapalhar, depende da visão.

A.S. - Newton, muito obrigada.

N.D. - Se vocês acharam que não esgotou, a gente volta aí.

A.S. - Qualquer coisa a gente entra em contato novamente.

N.D. - Entra em contato. Vocês disseram que podia ser em vários capítulos, não é? Se consegui fazer num capítulo só é ótimo. Mas se precisar de outro capítulo, eu estou pertinho aqui.

A.S. - Está ótimo.

[FINAL DO DEPOIMENTO]